



ATA DA 205ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 17/10/2018, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Dr. Luiz Ricardo Viegas, realizou-se a 205ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte

PAUTA

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 204ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse da senhora **Liliane Glaessel Ramalho** como Conselheira **Suplente**, representante da Secretaria Municipal de Justiça – SMJ.
3. Informes
4. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação “**Plano de Metas 2017-2020 e sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS**” pelas Secretarias Municipais de Gestão e de Relações Internacionais;
2. Apresentação “**Plano Plurianual - PPA e sua articulação com o Plano de Metas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS**” pela Secretaria Municipal da Fazenda;
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Transcrição da 204ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Nós vamos iniciar a 205ª reunião do Conselho do CADES e, nesse sentido, eu queria agradecer a presença dos Senhores. Passarei a palavra ao nosso Coordenador Devair, para iniciar a Ordem do dia.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Bom dia a todos e a todas. Iniciaremos a nossa reunião, como já foi dito pelo nosso Presidente e faremos uma inversão de pauta. Passaremos para o primeiro ponto da Ordem do dia e, assim que tivermos quórum, nós voltaremos aos trabalhos iniciais, aos outros expedientes. Primeiro ponto da Ordem do dia: a apresentação do Plano de Metas 2017-2020 e sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, as ODS, pelo representante da Secretaria Municipal de Gestão, Senhor Antouan Pereira da Silva e pelo representante da Secretaria de Relações Internacionais, Senhor Wagner Taques e Senhora Marina Andrade. Por gentileza, vamos à apresentação.

Antouan (SG) - Bom dia, pessoal. Queria agradecer primeiro a todos do CADES, a Rute, em especial, que fez o convite para apresentarmos aqui o Programa de Metas e essa articulação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Primeiro o pessoal de SMRI fará uma fala introdutória, para contextualizar um pouco sobre como a agenda ODS está sendo tratada no Brasil e no Município de uma maneira geral. Logo após entrarei especificamente sobre o Programa de Metas.

Marina (SMRI) - Bom dia a todos e todas, eu sou a Marina, trabalho na Secretaria de Relações Internacionais coordenando a área de Assuntos Multilaterais e Redes da Cidade. Agradeço o convite do CADES e da Rute, que tem trabalhado conosco nesse tema, na agenda ODS. Fizemos uma breve introdução para alinhamento. Não sei se todos sabem, mas esse tema dos ODS está sendo debatido em diversas esferas. Os ODS foram adotados em 2015 numa reunião que antecedeu a Assembleia Geral da ONU e também teve a HABITAT III, que adotou uma nova agenda urbana, a partir dos ODS. Nós temos a Agenda 2030, que é o horizonte onde queremos chegar até 2030 e, dentro dessa Agenda, temos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas. E os Estados Nacionais, membros da ONU, adotaram essa agenda e, conseqüentemente, nós, entes subnacionais, temos que adotá-la e encontrar meios de implementá-la, monitorá-la e prestar contas sobre isso. Então, em âmbito nacional foi criada a Comissão Nacional para os ODS, que é uma comissão interministerial e tem participação da sociedade civil. Eles buscam meios de internalizar essa agenda, monitorar e difundir. Em âmbito estadual nós temos, na verdade, um GT, um Grupo de Trabalho Intersecretarial que discute ODS; onde convidam algumas entidades da sociedade civil para participar também, e têm feito um bom trabalho de difusão dessa agenda, de monitoramento junto com o SEADE. Em âmbito municipal, temos discutido a regulamentação da Lei 16.817, de fevereiro deste ano, para criar a nossa



Comissão Municipal dos ODS que tem justamente esse objetivo de difundir a agenda localmente, o que eles têm chamado, em âmbito internacional, localizar os ODS. Também temos buscado alguns instrumentos, informalmente ainda, para monitorar essa agenda, mas dentro da Comissão o objetivo, formalmente, é trabalharmos para isso.

Wagner (SMRI) – Bom dia a todos, eu sou Wagner, trabalho na Secretaria de Relações Internacionais também, junto com a Marina. Lá na Secretaria de Relações Internacionais, em relação a esse tema, a gente tem buscado junto à comunidade internacional referências, experiências, boas práticas. Porém, como a Marina disse, é uma pauta que foi iniciada em 2015 na reunião da HABITAT III. É um tema ainda incipiente, todos estão iniciando e no mesmo caminho que nós. Muitas vezes até São Paulo é procurado pela comunidade internacional para saber o que a Cidade tem feito em relação a essa agenda. Recentemente eu, inclusive, estive em um evento realizado em Quito, onde aconteceu, inclusive, a HABITAT III. Também aconteceu um evento chamado HABITAT III + 2 – Quito, Laboratório de Cidades – Nova Agenda Urbana, que é justamente para a Comunidade Internacional se reunir e discutir o que vem sendo feito desde 2015 até agora. Por mais que consideramos que precisamos avançar ainda mais, em relação à comunidade internacional estamos até que bem adiante, inclusive, já estamos buscando meios de institucionalização da Comissão ODS. A pauta já consta como diretriz de políticas públicas, o tema ODS e a comunidade internacional ainda está engatinhando. É claro que nós temos um desafio muito grande na parte de sensibilização, que foi o grande foco do evento. A sensibilização da agenda dos ODS, para promover e envolver principalmente a comunidade civil para trabalhar em conjunto, porque só os entes subnacionais sozinhos não é uma pauta apenas do Governo, é uma pauta de toda a comunidade. E, então, na estratégia Nacional, até porque os ODS se não tiverem o envolvimento dos entes subnacionais, pouco vai ser efetivado. A estratégia Nacional é envolver justamente os Estados e Municípios e, por isso, uma das diretrizes é a criação dessas Comissões. Aqui em São Paulo, a gente tem um grande diferencial, que é a nossa Comissão, pela lei, ela é consultiva e deliberativa e acho que isso é um grande ganho. Que as outras Comissões - Estadual e a Nacional - a sociedade civil participa apenas apresentando *inputs*, sendo mais consultiva e não tendo poder de decisão. E a Comissão – é claro que é ainda uma discussão embrionária, porque a ela ainda não foi instalada - mas tem vários desafios e um deles é inclusive fortalecer as nossas plataformas, o observatório, justamente porque o desafio é não só implementar, mas também monitorar. Até porque implementar a agenda, direta ou indiretamente, a gente já tem as ações que contemplam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas como é algo, ainda, bem iniciante não tem uma experiência, não é uma receita de bolo, nós ainda estamos tateando nas melhores formas de monitorar, porque não basta pegar o modelo da ONU e colocar aqui no Município de São Paulo. Temos de adaptar à nossa



realidade. E o principal, que é estimular a capacitação dos gestores, por isso é importante um momento como este, justamente para podermos sensibilizá-los e orientar a respeito da pauta e difundir esse assunto para o Município como um todo.

Antouan (SG) - Bom, eu acabei não me apresentando, meu nome é Antouan, sou Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, eu estou na Prefeitura desde 2016 e na Secretaria de Gestão desde 2017, acompanhando, desde a elaboração, essa versão do Programa de Metas, em específico, a Secretaria da Educação, Direitos Humanos e Cultura, e aí, desde o início também, acompanhando o tema dos ODS. Como o Wagner e a Marina já deram uma contextualizada, nós agora entraremos especificamente no Município de São Paulo e no instrumento do Programa de Metas; depois, o Tácio, que é da Secretaria da Fazenda, vai falar especificamente do PPA. Aqui temos na ordem cronológica, mesmo porque os ODS estão aparecendo nesses instrumentos de planejamento e monitoramento e também de orçamento no Município. Então, em 2017, em grande parte por demanda da sociedade, especificamente da Regional de São Paulo, a Secretaria de Gestão fez uma associação entre as metas e os ODS. Eu já entro, um pouco depois, em como isso foi feito, mas o Programa de Metas deve ser apresentado em até noventa dias pela Gestão e apresentar as suas principais metas para esses quatro anos. Fizemos um esforço de também alinhar isso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e aí agora temos um desafio, no âmbito da Comissão sobretudo, que vai ser instalada, de criar instrumentos para monitorar. Como o Wagner disse, não é simplesmente saber o que está sendo feito no Programa de Metas ou saber como localizar esses Objetivos, mas também saber como cada meta contribui para o alcance desses Objetivos, então, tentar desenvolver indicadores ou, pelo menos, uma aproximação que permita saber como que o Município de São Paulo está andando com suas principais metas. E, aí, depois disso, o Plano Plurianual 2018-2021 também fez esse alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Tácio vai explicar um pouco melhor como isso foi construído também. Depois disso, a lei que adota a Agenda 2030 para o Município foi promulgada, isso depois de já ter tido um Decreto que criava a Comissão. Esse movimento, como o Wagner disse, é algo incipiente e, embora estejamos avançados, temos muito ainda para avançar, claro, e sempre com o apoio da sociedade civil, principalmente no âmbito da Comissão. Esses movimentos vão indo muito por conta da sociedade civil inclusive, que é bastante importante. Desde a inclusão no Programa de Metas quanto a própria criação da Comissão, esse movimento de diálogo e de capacitação e de difusão dos ODS é muito importante. Não é só um instrumento de monitoramento. Depois falaremos um pouco do currículo da educação municipal, que é outra iniciativa de difusão dos ODS e, logo após, a criação da Comissão Municipal. Só falando um pouco do Programa de Metas antes de entrar na vinculação com o ODS. O Programa de Metas foi adotado em 2008 na cidade



de São Paulo. Foi a primeira Cidade do Brasil que tem um Programa de Metas. E o Programa de Metas, seu objetivo principal é não ter o descolamento do Plano de Governo com o que efetivamente a gestão vai fazer nesses quatro anos. O que acontecia muito era você ter um Plano de Governo que se perde e não pode ser objetivamente monitorado. Em 2007, a Rede Nossa São Paulo tem essa iniciativa de trazer para São Paulo essa proposta de um instrumento que tenta coibir um pouco isso. O Prefeito eleito tem noventa dias para apresentar esse documento, que dá as diretrizes desse Governo, então, as principais metas, com os indicadores e de maneira regionalizada. Nesta gestão, esse foi o Programa de Metas apresentado, em cinco eixos. Ele segue um pouco do Plano de Governo; nós temos cinco eixos que tratam alguns dos principais temas que têm de ser atacados, as metas que têm de ser desenhadas para a cidade. O eixo de desenvolvimento econômico e gestão, o eixo de desenvolvimento social, humano, urbano e meio ambiente e institucional. E, aí, eu acho que já dá para ver que tem uma transversalidade entre os eixos e também os Objetivos, pois eles permeiam esses eixos. Não estão localizados só no urbano e meio ambiente ou só no humano, por exemplo. Essa é a estrutura do Programa de Metas atual. Temos as metas que são finalísticas. Não vamos construir creches, mas sim criar vagas em creches, e aí para alcançar essas metas temos os projetos estratégicos, que vão ser as linhas de ação. Então, aqui sim estão as construções, os termos de parcerias, para assim ter as vagas em creche. Exatamente o que eu falei: a meta é aumentar a cobertura da atenção básica e como fazer isso, está descrito no projeto, por exemplo na saúde, implantar cem novas equipes de estratégia. Aqui nas linhas de ação eu tenho uma diversidade de ações, desde construir hospitais até publicar um documento, por exemplo. O Programa de Metas é bastante diverso. A gente tem cinquenta e três metas, quatrocentos e oitenta e sete linhas de ação; e essas quatrocentos e oitenta e sete linhas de ação elas têm naturezas bastante distintas. Agora, já adiantando um pouco, a associação com os ODS está no nível da meta; então, entendemos que os Objetivos - e isso até facilita o monitoramento que a vamos construir -, têm relação específica com o que queremos melhorar na vida da população. Não é exatamente publicar uma portaria ou implantar cem novas equipes; isso é como chegar lá. A relação de fato está na meta que é, por exemplo, aumentar o IDEB, aumentar a cobertura de atenção básica, esse tipo de transformação e o que temos de de monitoramento do Programa de Metas. Aqui não é o monitoramento dos Objetivos, mas, sim, do Programa de Metas, só para não fazer confusão. O que que a Lei Orgânica exige da gestão do monitoramento do Programa de Metas. Semestralmente, publicamos os indicadores no Planeja Sampa - atualmente é a plataforma que usamos - e a cada ano, um relatório anual de execução, para dar um panorama do que foi ocorrido neste ano e o andamento das metas e das linhas de ação. Isso é o que é exigido pela Lei Orgânica. E isso é o que trouxemos a mais para tentar tanto ajudar na implementação quanto aprimorar o monitoramento. Um dos desafios que o Wagner ressaltou é termos essas plataformas, uma maneira mais inteligente de consumir os



dados e permitir que a população também faça as suas análises. Publicamos em dados abertos todos esses dados de execução do Plano de Metas e também fizemos um resumo executivo no meio do ano, apesar da Lei Orgânica não exigir isso, é importante dar essa análise também para a população. E, além disso, o Decreto, que foi publicado em julho, estabelece o sistema de governança e isso pode ser também interessante na difusão dos ODS e seu monitoramento e entre esses atores quando estivermos já discutindo isso no âmbito da Comissão. Então, como eu falei, logo quando foi publicada a versão preliminar do Programa de Metas, em março de 2017, tivemos associação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Ressaltando que foi algo trazido pela Rede Nossa São Paulo mais ativamente e pela sociedade civil de uma maneira geral, porque se entende que para a localização dos ODS é muito importante você ter isso no principal documento político da gestão e espera-se que isso seja mantido nos próximos instrumentos, inclusive, pois você não só monitora as principais ações da gestão, mas também tem um mecanismo de difusão dos ODS. Mais do que um instrumento de monitoramento, é também um instrumento para difundir esses ODS. Associamos os ODS no nível das metas, como eu falei, naquela estrutura de meta, projeto e linha de ação, fizemos isso no primeiro nível. Das cinquenta e três metas, quarenta contam com pelo menos uma associação. Isso foi feito de maneira temática; feito uma análise pela Secretaria de Gestão, que foi validada pelas Secretarias setoriais. Entretanto, não foi construído, até porque não havia uma Comissão ainda, mas a ideia é aprofundar a discussão com a Comissão para como monitorar isso e como fazer ser efetivamente acompanhado. E, aí, a relação completa dessas metas e relações, podem ser vistas no Plano Sampa. Temos um documento final que lista não só durante a apresentação das metas, mas também ao final todos esses ODS, que é um pouco o que eu vou passar aqui. Eu não vou entrar em cada meta, mas basicamente essa é a associação que fizemos. Por exemplo, a meta 9, que é assegurar acolhimento para, no mínimo, 90% da população em situação de rua, isso associamos com erradicação da pobreza, e, aí, como eu disse, cada Objetivo pode ser associado a mais de uma meta e cada meta pode ter mais de uma associação. O grande desafio é efetivamente monitorar isso e com o Município assegurando de fato acolhimento para 90% da população de rua, como reflete no andamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Primeiro no Município e no Brasil de maneira global. Essas são outras associações que estão lá. Por objetivo, temos as metas listadas. De todos os eixos, o que tem uma menor associação é o do desenvolvimento econômico, mas tendo em mente que são cinquenta e três metas e cinco eixos. Uma média de dez metas, eu diria que quase todos têm em torno de 60, 70%, que é o final do Programa de Metas, é o que dá o total computado. Aqui as de educação de qualidade; estão quase todos na Secretaria da Educação, obviamente. Por isso a iniciativa do currículo.



Wagner (SMRI) - Algo que já é referência, inclusive mundial, é o nosso currículo educacional. É o primeiro Município que teve a inserção dos ODS oficialmente no currículo escolar. E já que a estávamos falando de comunicação e sensibilização dos ODS, é uma iniciativa, além de inovadora, fantástica, porque você pega justamente a base e o ensino para sensibilizar toda a comunidade para esses Objetivos que são a longo prazo, a Agenda 2030, até 2030. Temos o reconhecimento; isso aí é um *print* de uma matéria que saiu inclusive no site da ONU Brasil, justamente falando dessa iniciativa inovadora do Município de São Paulo. Esse currículo foi construído de forma participativa, toda a comunidade escolar e professores. A Secretaria de Educação está fazendo esse movimento de sensibilização primeiro, e formação dos professores, para que os mesmos possam, conseqüentemente, formar os seus alunos e toda a comunidade escolar. O currículo foi pensado como uma pergunta norteadora, que seria: qual é a educação que nós queremos fornecer hoje para formar cidadãos da nossa cidade para 2030, isso é o marco da Agenda. Então, a Secretaria de Educação fez essa parceria com a UNESCO; a Secretaria de Relações Internacionais é uma Secretaria meio, ela sempre ajuda inclusive nessas parcerias entre as Secretarias de atividades relacionadas e esse currículo foi construído em dezembro de 2017. Foi publicado, na verdade, em dezembro de 2017. E aqui, a forma como ele foi construído. O importante que não foi só o diferencial, mas também é que o currículo e os ODS foram aplicados à realidade municipal, esse é o grande desafio dos ODS. Trata-se do que discutimos hoje, que é justamente a localização. Os Objetivos eles são globais, mas cada Município, cada país tem uma realidade diferente. Então, temos de pegar esses Objetivos e adequar a essa realidade, de modo que ele contemple os objetivos globais, mas que tenha mudança efetiva na realidade local.

Antouan (SG) – Então, como eu falei, o grande desafio agora é efetivamente monitorar os ODS no âmbito local, e aí, especificamente eu falo do Programa de Metas. As discussões que vão se iniciar na Comissão a ser implementada, eles vão subsidiar esse monitoramento para sabermos não só como o Programa de Metas está andando, não só como o ODS está andando, mas também conseguir identificar em cada instrumento onde isso está, como os ODS se inserem nisso do ponto de vista de execução. O planejamento já foi feito e iremos tentar entender como isso contribui, como a execução desses dois instrumentos irá contribuir para essa Agenda. É também, um grande desafio que temos, acho que da Prefeitura como um todo, não só de ODS, não só desses dois instrumentos, do Programa de Metas e do PPA, é sistematização de dados. Vez ou outra, sempre esbarramos nisso. A Secretaria de Gestão, especificamente que eu posso falar, tem se esforçado no sentido de tornar o mais transparente, disponibilizar os dados em formato aberto, possibilitar para a população, fazer as análises que ela queira fazer e da maneira como queira fazer e, também, fazer a sua própria análise de maneira a tornar mais transparente essa comunicação com a sociedade. Também existe a interação entre as áreas. Como os ODS são



bastante transversais, como eu mostrei aqui alguns exemplos, eles já permeiam várias ações das Secretarias, isso é um desafio também no monitoramento que iremos construir. Como falei inicialmente, a sociedade civil vai ter uma participação importante na Comissão e pode subsidiar também a Prefeitura na estruturação desse monitoramento. Acho que é isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Queremos agradecer ao Antouan, ao Wagner e à Marina pela apresentação. Senhores Conselheiros, está aberta para manifestações. Eu só queria lembrar que, ao usarem da palavra, utilizarem do microfone e falarem o nome e qual a representatividade de vocês.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Bom, eu vou fazer as minhas considerações, as quais acho que são importantes. Antes, ressaltar primeiro a apresentação de vocês que, em virtude da última reunião, nós tivemos aqui um debate muito caloroso em cima das ODS e inclusive foi uma sugestão de que a gente trouxesse para o CADES como é que a cidade de São Paulo está trabalhando em cima de todos os conceitos. Falo como Secretaria do Verde, sei que nós temos aqui outros representantes das outras Secretarias, mas as metas que foram colocadas dentro dos conceitos norteados pelas ODS, os projetos, cada um com a sua Pasta responsável, cada projeto tem o seu gerente, o seu responsável; e esse projeto terá de desenvolver várias ações. Eu queria lembrar que, além da gestão da Secretaria de Gestão, estamos periodicamente abastecendo com todas as informações do que é desenvolvido por cada ação e por cada projeto. O próprio Prefeito tem, neste conceito dos projetos, cobrado nas reuniões de Secretariado todas as ações referentes àquilo que foi apresentado. Isso é um método de trabalho atual. Ou seja, cada Secretaria tem os seus projetos, por exemplo, no caso da Secretaria do Verde existe o Sampa Verde, com várias ações a serem desenvolvidas e isso nós somos acompanhados, tanto pela Gestão, como o próprio Prefeito cobra o cumprimento dessas tarefas. E isto, é o que eu acho que é um diferencial: primeiro, por termos um Plano de Metas que tem as metas atreladas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e que na sequência nós vamos ter uma apresentação do PPA, com o seu Orçamento e com a dinâmica da gestão, mostra que a cidade de São Paulo está trabalhando de fato para atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que é um diferencial em termos de gestão pública. Eu falo hoje que eu tenho, por exemplo, uma informação e eu acompanho isso, o próprio Estado de São Paulo, no seu Plano de Metas, no seu PPA, não colocou isso atrelado desta forma. Que, aliás, existe uma demanda do Tribunal de Contas do Estado, que cobra que a gestão do Estado faça isso. Acho então que esse exercício que construímos, todos nós, a Gestão, primeiro é um case, é um desafio, não é fácil fazer isso: colocar todo mundo no mesmo método, de trabalhar com ações, com projetos, a própria administração pública é bem complicada, mas acredito que fica muito claro quando você apresenta. Nosso pessoal da equipe da Relações Internacionais sabe disso, que nós, na cidade de São Paulo temos



que em alguns momentos apresentar o que ela tem feito. A gestão da cidade, nesse sentido, está fazendo a sua tarefa de casa. E é importante que os integrantes do Conselho conheçam e sejam atores nesse processo, pois não basta cobrar, mas sim participar desse processo, conhecer o que é o orçamento, as metas, os projetos e esse exercício da transparência. Tenho certeza que pouquíssimas pessoas tem acesso a isso e que falta conhecimento sobre o assunto; que inclusive não sabem que tem um site e que podem chegar lá e consultar. Eu sei que a imprensa faz isso muito; diariamente ela vai na consulta e fica perguntando como é que estão as metas, se estão em andamento ou paradas. Então, todas as ações que a Prefeitura tem desenvolvido estão calçadas nesse método e eu acho que isso é um diferencial em termos de gestão pública. É nesse sentido que eu gostaria de destacar essa dinâmica para atingir os Conselheiros, pois os ODS ficam muito etéreos, mas que de fato são coisas concretas que faz diferença lá na frente.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Por favor, Conselheiro Clodoaldo com a palavra.

Cons. Clodoaldo Alencar Jr – Bom dia a todos, eu sou Clodoaldo, da Secretaria Municipal da Educação. Eu queria parabenizar a apresentação e só fazer alguns destaques em relação ao currículo. Dentro da Secretaria, existem vários setores e eu faço parte do Núcleo Interno de Currículo, nós construímos o currículo do ensino fundamental e este ano nós estamos construindo outros currículos: educação infantil, português como segunda língua para surdos e outros, e da EJA. Como foi destacado aqui na apresentação, essa ideia de trazer os ODS para dentro do currículo é mais do que apenas apresentar uma parte teórica ali, porque tem uma parte introdutória que falamos dos ODS, mas trouxemos para dentro do currículo. Quando eu falo para dentro é assim: para cada componente curricular, geografia, por exemplo, tem um objetivo de aprendizagem e então, esse objetivo que o aluno tem que desenvolver determinado assunto, digo um tema ligado com o ODS. É claro que quando falamos em ODS, sabemos que existem as metas e que é muito amplo. Dentro de um currículo, na forma como está estruturado, não tem como colocarmos as metas, mas agora já estamos no segundo passo, que é trabalhar na plataforma digital. Temos o pátio digital e nós vamos colocar vários, como se fossem sequências didáticas onde o aluno vai poder, ou o professor, quem tiver acesso a esse material, se articular e procurar um ODS, que meta que está lá dentro e vincular com uma atividade, então, só para destacar. Acho que vai ser inaugurado na sexta-feira esse pátio digital e assim que a tivermos mais informações eu trago para cá, está bom? Muito obrigado.

Cons. Thobias Furtado - Thobias Furtado, Centro-Oeste 2. Eu também gostaria de parabenizar a apresentação. Acho que está um pouco alinhado com a reunião que tivemos duas semanas atrás, a gente tentar trazer os avanços da Prefeitura para dentro do Conselho, porque igualmente os



outros Conselheiros, como o Viegas colocou, muitas vezes a gente não sabe o que que a própria Prefeitura tem feito. Eu acho que nessa linha, até tentei te encaminhar um e-mail com todas as variações possíveis de Antouan Monteiro que você possa imaginar, eu sinto aí que o DPP talvez não tenha encaminhado, também, eu pedi três vezes para o DPP encaminhar o e-mail, não me deu resposta. Mas enfim, para tentar somar um pouco esse esforço de vocês ao esforço que aqui, como presidente interino da Câmara Técnica de Pauta, a gente tem feito para tentar buscar uma pauta de longo prazo para o próprio Conselho. E a minha pergunta aqui para vocês ela vai muito em cima disso: nós gostaríamos muito de poder acompanhar isso melhor. E, dentro da Câmara Técnica de Pauta, e trazendo aqui para dentro do plenário, a gente sente muito a falta de um relatório, enviado uma semana antes da própria reunião para que a gente possa saber o que está acontecendo no Município. Obviamente é um relatório mensal que a gente imagina poder consultar aí também os andamentos das outras Câmaras Técnicas, se foi deliberado alguma coisa, se não, dos outros Conselhos que o próprio CADES faz parte, que a gente também não tem informação. A ideia é que esse relatório, uma ou duas páginas, duas laudas no máximo, também pudesse, de certa forma, contemplar um pouco do avanço do trabalho de vocês. A pergunta vai: vocês acham que é possível nos enviar, eu não sei com qual periodicidade, não sei se vai ser uma coisa mensal, trimestral, semestral ou anual - vocês é que vão nos dizer, dentro da evolução do trabalho de vocês - dados, informações sobre o avanço dessas metas para que a gente pudesse acompanhar obviamente aqui, periodicamente, como é que o Município está andando?

Antouan (SG) – Com relação ao monitoramento do Programa de Metas, em específico, temos a publicação, até por exigência da Lei Orgânica, nós temos a publicação semestral dos indicadores. As Secretarias elas fazem o monitoramento dos projetos, como que esse projeto está andando. A Secretaria de Gestão também é uma Secretaria meio. O que fazemos basicamente é dar o suporte para as Secretarias poderem implementar essas ações. Então, fornecer os instrumentos para esse planejamento e para o monitoramento, compila as informações a cada seis meses, como eu expus. Temos essa divulgação semestral, que está disponível no Planeja Sampa, a última foi em julho de 2018 e a primeira foi no final do ano passado. Então, temos esses dois documentos, esses dois relatórios e a divulgação dos indicadores. Eu não sei como que funcionaria no âmbito do CADES; eu não posso entrar no funcionamento do Conselho, eu não sei como isso está sendo tratado aqui, essa pauta em específico. A ideia é a Comissão fazer o monitoramento específico dos ODS. Fazer o monitoramento não, na verdade propor maneiras de se monitorar os ODS no âmbito da Administração Municipal e, aí, inclusive o Programa de Metas. Essa é a periodicidade que temos. Eu não sei se em contato com as Secretarias haveria a possibilidade de recebermos os relatórios; as informações que temos são semestrais.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Com a palavra, a Conselheira Mônica.



Cons. Mônica Osaka – Bom dia, parabéns pela apresentação. Mônica, Secretária Municipal de Saúde. Eu, particularmente, sinto muita falta da informação do ODS por parte da Prefeitura mesmo, da Gestão - vocês estão trabalhando - de chegar a informação, o conhecimento dos ODS na ponta mesmo. E trabalhamos bastante na Comissão do A3P, que é a Agenda Ambiental da Administração Pública dentro da Coordenadoria de Vigilância em Saúde. Começamos a trabalhar nos ODS, tanto que no aniversário dos ODS, agora no dia 25 de setembro, fizemos uma ação e foi publicado também no site da ONU, foi bem bacana. O que eu sinto falta é um canal, por exemplo, talvez não chegou isso no conhecimento de vocês, dessas pequenas ações isoladas dentro da própria Prefeitura e que antes de ser servidor ele é um cidadão também. Trabalhamos muito essa conscientização da sustentabilidade, e o A3P trabalha também o ODS, além de saúde, trabalha o ODS 12, se não me engano, 13, que é o do consumo responsável. Então, eu acho assim, vocês têm pensado num canal de divulgação, de chegar até vocês pois estão trabalhando indicadores e são ações isoladas, que é dentro da Prefeitura e nós estamos fazendo.

Antouan (SG) – Bom, ainda está bem incipiente essa construção. Temos uma Comissão em construção, a lei é do começo do ano e a própria inclusão no Programa de Metas é uma novidade. Acho que isso é algo que tem que ser ressaltado na linha do que foi dito. O Programa de Metas ele é um documento recente. O primeiro é de 2008 e ele vem sendo aprimorado ao longo dessas gestões. Então, alguns caminhos metodológicos, que se foi percebendo que daria mais certo, por aqui, por ali, estamos tentando e testando. Acho que é um ganho muito grande ter essa associação, e, de novo, ressaltar que isso foi algo realmente um pedido da sociedade civil, da importância de se acompanhar o ODS e a expectativa é que isso se mantenha ao longo dos próximos instrumentos e, aí, também funcionando como um documento de difusão também dos ODS. Especificamente de difusão, dentro da Prefeitura, eu particularmente não sei se existe alguma iniciativa.

Marina (SMRI) - Você tem toda a razão sobre o seu comentário de muitas ações estão ocorrendo. Vemos isso como muito positivo, em nossas discussões, que, espontaneamente, já tem muitas atividades ocorrendo. E, aí, justamente nesse esforço que temos trabalhado para regulamentar a Comissão para ser um dos espaços que possamos difundir e fortalecer essas pautas na Prefeitura. E, além disso, estamos trabalhando na criação de um grupo de trabalho intersecretarial para assim trabalhar dentro da Prefeitura e das Secretarias; como podemos conscientizar, sensibilizar sobre a pauta dos ODS e trazer para o dia a dia da gestão. E uma das ações iniciais desse grupo de trabalho é justamente de fazer esse mapeamento. Aproveitando a oportunidade de falar nesse momento e adicionando ao que o Wagner já falou e ao que o Secretário estava dizendo também, São Paulo, nós ainda vemos “Nossa! Está tudo muito nebuloso” e a partir disso fomos ter contato com organizações internacionais, com rede de cidades que têm trabalhado o



tema e São Paulo está bem, porque existe uma dificuldade muito grande de instrumentalizar e trazer para o cotidiano, para a prática, para a ponta da política pública todos esses conceitos dos ODS. Estamos caminhando bem, tivemos contato com redes de cidades que têm trabalhado esse tema como a C40, ICLEI, Cidades e Governos Locais Unidos, Rede Metrôpolis, estamos em contato com o HABITAT, PNUD, ninguém sabe o caminho. O caminho vai ser construído por nós. E eu acho que espontaneamente, tanto a sociedade civil quanto a Prefeitura, já estão em um bom caminho e acredito que a Comissão e o GTI vão canalizar esses esforços e gerar muitos frutos.

Cons. Thobias Furtado – Thobias, Centro-Oeste 2. Eu gostaria de sugerir a vocês, perguntar se é do interesse de vocês e, obviamente, se é de interesse do próprio plenário do CADES, que vocês tenham um capítulo, um capítulo é exagero, um parágrafo dentro do nosso relatório mensal para que esse próprio Grupo de Trabalho que está sendo criado possa entrar em contato, periodicamente, mensalmente, olha, este mês não aconteceu nada. No nosso capítulo lá do CADES coloca um tracinho, mas quem sabe a gente buscar, mantém os indicadores passados que a última versão que a gente tem é outubro 2018; uma vez mudado, olha mudou; mas que vocês possam ter, esse Grupo de Trabalho aqui possa ter a ODS, possa ter esse parágrafo dentro do relatório mensal do CADES para que a gente possa receber e de alguma forma acompanhar o trabalho de vocês; que eu acho que é um trabalho muito importante e tem muita sinergia com esse Conselho, que está buscando alguma maneira de conectar e acompanhar a evolução das metas dos ODS, do trabalho da Prefeitura, etc. Seria de interesse de vocês?

Antouan (SG) – Eu acho que não cabe nem tanto à nós especificamente, depende muito mais do CADES de deliberar sobre isso. Como a Marina falou; estamos tentando difundir, tentando trazer para dentro da Prefeitura e para a sociedade como um todo essa pauta. Quanto mais espaço houver, claro que é melhor. Então não sei como que seria feito isso especificamente; acho que não cabe também à nós.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Deixa eu tentar, existe uma ansiedade natural, mas eu queria também trazer uma notícia de que nós já estamos preparando o decreto que instala a Comissão, que fará exatamente o papel desse acompanhamento. Precisamos ver como a Comissão vai funcionar, em termos do acompanhamento das ODS. Mas a Secretaria está fazendo o encaminhamento para o Governo com relação à minuta do funcionamento, do Decreto de funcionamento da Comissão. Para que assim, possamos criar uma sistemática, uma dinâmica para acompanhar isso, independente da dinâmica que a Gestão faz. O que vocês fazem é uma dinâmica da gestão do Município com todas as Secretarias e é uma dinâmica que eu diria chata, inclusive; que quando liga o responsável da Gestão, cobra as ações, os projetos e o que está ocorrendo. Acredito que para atender, inclusive essa dinâmica de pontuar como andam o



desenvolvimento dessas ações voltadas diretamente aos ODS, acho que assim conseguiremos sanar essa questão com a criação da Comissão. E que, aí, o ordenamento, a organização, criamos uma dinâmica própria para acompanhar e opinar isso. Concluindo, acredito que essa tarefa que cabe a nós fazer o mais rápido possível esta instalação da Comissão.

Cons. Thobias Furtado – Obrigado. Só para ver se eu entendi; então, você acha que não vale... é isso?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Não, eu acho. Veja bem, existe uma dinâmica própria da gestão, que a gestão já faz. Se você quiser consultar o site lá tem as informações, faz alguns questionamentos. Agora, como dinâmica do próprio conceito das ODS, que é o que nos interessa, o funcionamento e a instalação a Comissão é que fará esse papel. A transparência da gestão está aberta a qualquer cidadão, para você, para qualquer cidadão fazer uma consulta e perguntar. Então, isso está aberto, isso está público. Agora, com relação especificamente à dinâmica dos ODS: quantas andam, como está, acompanhar, propor; acredito que essa dinâmica a Comissão fará. E eu acho que temos de correr atrás da instalação da Comissão o mais rápido possível, que está demorando, inclusive, já deveria estar pronto.

Cons. Thobias Furtado – E essa Comissão comunicaria ao CADES? É uma Comissão do CADES? De alguma maneira essa informação chegaria ao CADES?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Muitos Conselheiros do CADES participarão dessa Comissão. Está certo?

Cons. Thobias Furtado - É que muitas vezes... A minha preocupação - eu digo pelo Comitê de Pauta – que o CADES participa de inúmeros Conselhos, tem representantes...mas, muitas vezes, as informações não chegam para todos aqui de uma forma sistematizada. O nosso esforço tem sido na ideia de sistematizar, no melhor dos esforços, claro, a chegada dessa informação para todos. A gente sabe que a dinâmica do plenário, com microfone, identificação etc. é um grande desafio para poder espalhar a informação, seja lá qual for, como é que está no FEMA, como é que está no CONFEMA, como que o dinheiro está sendo feito lá no FUNDURB, qual é a relação disso com o CADES, se isso está alinhado com a nossa ideia de desenvolvimento sustentável, o que que foi aprovado em cada Câmara Técnica; muitas vezes as pessoas passam batido. E eu acredito que se a gente conseguir de fato consolidar isso em um pequeno relatório, de uma página, que pode vir junto à convocação da própria reunião, só tem a agregar e deixar todo mundo na mesma página. Então, se vocês não acham, como Presidente, claro, se o Plenário não acha, vocês como Conselheiros, é interessante talvez esse decreto, não sei qual o tempo dele, um, dois, três, seis meses, até ser feito.



Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Depende do Prefeito. Não dá para tomarmos uma decisão por aqui.

Cons. Thobias Furtado – Se nesse meio tempo a coisa não acontece, a gente não estaria perdendo? Eu me pergunto aqui como um esforço de tentar preparar a pauta para o CADES nos últimos seis meses e o que a gente tem visto é recorrentemente apresentações explanativas, boas apresentações, mas pouca discussão entre a gente, pouca integração. Será que não teria uma forma melhor de fazer isso? Então, quando eu sugiro esse relatório, a consolidação desse relatório, sem muito esforço para quem já de fato está fazendo aquilo, eu não vejo nada a perder. Eu só vejo a somar. E, obviamente, com a instalação de uma Comissão ou com um processo melhor, fantástico! A gente revê, ajusta isso. Só tem a ganhar. Eu não vejo passo para atrás. Vocês têm uma outra opinião? Alguém gostaria de externalizar alguma coisa?

Cons. Andréa Franklin - Andréa, SIURB. Na verdade, assim, para dividir com vocês um pouco, fazendo uma reflexão sobre o que você falou, Thobias. Eu acredito que o papel da Câmara Técnica do CADES seja, de fato, tentar enxergar todo esse universo de informações e de resultados dessas Comissões que a Prefeitura tem. Para eu entender: você está sugerindo que nós tenhamos um relatório do CADES? Isso é uma sugestão que está vindo agora, não temos essa formatação. Primeira pergunta. E segundo: se for isso, na linha do que você pediu informação para eles, eu acho que não cabe para o universo de informações que eles tratam, porque até conseguirmos algo com consistência para trazer para um universo de discussão, provavelmente essa Câmara já vai ter sido criada. Que aí, sim, eu acho que dentro da ODS teria mais sentido. Se a Prefeitura vai ter uma Comissão que poderá discutir e possivelmente os representantes, se não são os mesmos, são conhecidos porque são colegas que trabalham, eu acho que nós representantes podemos trazer a informação para dentro do CADES e o mesmo ter essa uniformização para poder tirar conclusões, gerar debates. Porque, senão, ficamos com muitos relatórios que no fundo acaba caindo no que você falou; são dados que não conseguimos propor nem discutir. Estou refletindo aqui um pouco, que são duas coisas que precisam estar alinhadas.

Cons. Thobias Furtado – Andréa, a primeira dúvida: a gente tem discutido isso internamente na Câmara Técnica de Pauta. A gente está fazendo essas entradas, solicitação de pauta não só para as Secretarias, o que eles estão fazendo, para os próprios Conselheiros dos CADES, para os CADINHOS). A gente está tentando unir tudo isso. E daí? Como é que a gente vai tratar de desenvolvimento sustentável neste Conselho por dois anos e não ficar fazendo apresentações expositivas atrás de apresentações expositivas. O que a gente sentiu é que, dentro da Câmara Técnica de Pauta, é que muitas das informações não estão consolidadas. A gente não sabe - e



isso eu falo pela Câmara Técnica de Pauta que está lá, e um ou outro Conselheiro que eu tive a oportunidade de conversar -, muita gente não sabe o que está acontecendo em inúmeros espaços onde o próprio CADES tem cadeira. Então, qual que era a solução nossa? Organizar de alguma forma, junto à proposta de pauta, uma semana antes, uma folha que pudesse vir com uma linha, duas linhas, “Olha, na Câmara Técnica 4 não houve trabalho este mês; na Câmara Técnica 5 foi aprovado esse EIA-RIMA, na Câmara Técnica X aconteceu tal coisa; olha! No Conselho fulano de tal, o representante do CADES foi para lá, aconteceu tal coisa”. Então, qual que é a nossa ideia dali? Começar a trazer a informação de uma maneira sistemática, porque o CADES hoje tem zero relatórios. O CADES plenário, obviamente as Câmaras Técnicas recebem um relatório ou outro, mas de uma maneira organizada, para que a gente possa, no médio prazo, ter um instrumento que facilite com que a gente possa chegar, cada um dentro da sua área, “Poxa! O Município está mais desenvolvido, está caminhando para o lado certo”. O que eu sinto e o que os outros sentem, na Câmara Técnica de Pauta, é que falta um ordenamento disso. Então, a gente está tentando fazer esse esforço. O convite feito aqui para os colegas, de uma certa maneira, a gente descobre que tem muita coisa sendo feita pela própria Prefeitura. Então, a gente tem de buscar uma maneira de trazer isso para dentro, se ele está me dizendo, o Antouan, que esse *update*, ele é feito de seis em seis meses, “Ô, Thobias, eu consigo mandar para vocês para tentarem consolidar o que a gente faz de seis em seis meses”. É alguma coisa; a gente vai avaliar e ver se faz sentido ou não. Não, faz sentido mandar duas ou três linhas dizendo como é que está o encaminhamento. “Olha, conseguimos formar o Comitê especial, o decreto foi feito”. O que eu sinto falta é da gente ter aí umas boas páginas, quem sabe no futuro duas ou três, que possam nos ajudar a fazer dessas reuniões de plenário um bom Conselho.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Eu acho que está acolhida a sua sugestão. Nós vamos avaliar. Eu queria dar sequência ao tema que nós colocamos de ODS e não dá para colocarmos tudo isso sem ter o link com relação à questão do PPA. Eu gostaria da apresentação do nosso integrante da Fazenda, para apresentar um pouco o conceito do Plano de Metas – é sempre bom lembrar – o conceito do Plano de Metas está relacionado com os ODS e disto tudo relaciona com o PPA da Cidade, o orçamento e sua execução que é o mais importante. Porque às vezes você fica no discurso e não põe dinheiro, não põe nada. Então, o importante é que os Senhores conheçam como ocorre a dinâmica da cidade. Nós fizemos um Plano de Metas, esse está atrelado às ODS, e dentro desse Plano de Metas está inserido o PPA, junto a apresentação de um Plano Plurianual nos próximos quatro anos e o orçamento para executarmos essas ações que estão colocadas. Seria importante para nível de conhecimento e de uniformização dessas ações da Prefeitura a apresentação do nosso colega da Fazenda. Por favor, Tácio.



Tácio Piacentini (SF) - Bom dia a todos e todas. Primeiramente quero agradecer pelo convite aqui do CADES. Meu nome é Tácio Piacentini, sou da carreira de Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, atualmente lotado na Secretaria da Fazenda, mais especificamente na Subsecretaria do Planejamento e Orçamento Municipal, que é a responsável pela construção do PPA. Estou lotado lá desde fevereiro do ano passado. Vou tentar ser o mais breve possível até para propiciar o debate aqui dos Conselheiros. Mais ou menos aqui são os temas gerais da apresentação que eu vou fazer e, de imediato, abordar, rapidamente, um breve histórico do PPA; que ele surgiu aqui no Brasil com a Constituição de 88. Até então, não se tinha noção nos entes públicos de um planejamento de médio e longo prazo. O orçamento era, digamos, um amontoado de ações, pensavam muito a questão do custo, receita – despesa sem pensar o que poderia ser feito com aquelas ações em termos de benefício e políticas públicas para a sociedade. Isso foi fruto de toda uma demanda, toda uma mobilização da sociedade civil à época e isso foi contemplado na Constituição. Para além de um planejamento de médio e longo prazo é preciso pensar um planejamento também de forma regionalizada, a nível de país, e também, inclusive, a nível de Município, no caso daqui de São Paulo - toda a sua diversidade, o seu tamanho. Não dá para pensar um planejamento dissociado dessa noção de regionalização, até porque cada região da cidade tem as suas peculiaridades, as suas diferenças. E aqui está o trecho da Constituição, que demarca bem essa noção da questão da regionalização. PPA, lembrando, que tem uma duração de quatro anos, vai trazer toda a série de ações, de despesas e receitas de capital previstas para esse período, no sentido de aprofundar e trazer benefícios para a sociedade, reduzir desigualdades. É uma peça que vai nortear toda a elaboração do orçamento anual e demais peças de planejamento de cada ente nacional. No caso de São Paulo, quem é o responsável? Atualmente, aqui no Município a Secretaria responsável pela elaboração do Plano Plurianual é a Secretaria Municipal da Fazenda. É bom frisar isso porque, até pouco tempo atrás, até o ano de 2015 a Secretaria responsável era a antiga SEMPLA, Secretaria Municipal do Planejamento, que depois se transformou em Secretaria Municipal de Gestão; então, essa mudança de competência é recente no âmbito municipal. Nós até brincamos que até hoje muitas pessoas confundem, às vezes acham que a própria Gestão é responsável pelo PPA, até porque tem a questão do Programa de Metas, como bem relatado pelo Antouan. Então, dizer quais são os atores é fundamental, até para que as pessoas minimamente saibam quem é quem nesse processo, quem faz o quê. E a Secretaria Municipal da Fazenda tem sua divisão interna - a Subsecretaria responsável pelo PPA, como já disse, é a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal, dividida em duas Coordenadorias: Coordenadoria de Planejamento – COPLAN - e a Coordenadoria Geral do Orçamento – CGO. Até a semana passada eu estava lotado na COPLAN, Coordenadoria do Planejamento, fiz parte da equipe que elaborou o PPA no ano passado e acabei mudando de lotação dentro de SUPOM, fui para outra área, enfim, mas



continuo por dentro, colaborando na medida do possível nos processos. Dito isso, é importante colocar aqui também o que diz a legislação municipal a respeito; e ela vai ser muito explícita no sentido da integração entre as peças de planejamento. Foi falado aqui do Programa de Metas e a lei, até para que haja uma coerência na atuação do Município, na atuação intersecretarial, para que uma peça não fale uma coisa e outra peça fale outra, ela é bem clara no sentido: Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, Programa de Metas têm de estar interligados - um influencia o outro. Não é possível pensar um planejamento de médio prazo com peças totalmente diversas umas das outras, sem coerência, contraditórias. Para que a atuação funcione e seja uma atuação bem-sucedida tem que haver um mínimo de integração. Há a exigência desse planejamento integrado e evidentemente isso é uma desafio, até porque as peças são de responsabilidade de Secretarias distintas, há uma série de Secretarias também no âmbito da Prefeitura e temos de achar um mecanismo, tem que ter um mínimo de acordo para que possamos falar a mesma coisa. Para além disso, é importante destacar a cronologia da elaboração dessas peças, que é algo também que nos coloca, de certa forma, assim, desafios e dificuldades. Por quê? No primeiro ano de cada gestão aqui no Município de São Paulo - e aí foi o exemplo do ano passado -, como foi dito, o Programa de Metas tem de ser entregue nos primeiros noventa dias de cada gestão. Então, já, de imediato, no início de cada gestão já se tem o Programa de Metas para ser feito. Logo após, de certa forma concomitante a ele, há o prazo da LDO, que é 15 de abril, todos os anos. A LDO vai influenciar, vai trazer diretrizes para a elaboração no semestre seguinte, no segundo semestre, da LOA e no PPA. No PPA, no caso, também elaborado todo primeiro ano de cada gestão, para ter vigência a partir do ano seguinte. Atualmente, o PPA iniciou a vigência no ano de 2018 e vai até 2021. Essa é a diferença temporal, porque o Programa de Metas ele vigora nos quatro anos exatos da gestão – 2017/2020. O PPA, tem um ano aí de diferença, que é justamente no sentido de dar continuidade administrativa, independentemente da gestão que virá. Afinal, a máquina pública tem que continuar, os serviços públicos têm que continuar a ser fornecidos, não é por conta da gestão que vai parar tudo. Eis, portanto, o grande desafio de todas as Secretarias, especialmente das Secretarias meio caso da Gestão e da Fazenda, que é simplesmente fazer essa junção, essa intersecção entre as peças. O Programa de Metas é a primeira peça a ser elaborada, em seguida o PPA e, ao mesmo tempo, observando, porque o que vai fazer operacionalizar essas peças é o orçamento. Todos os anos vão ter as ações orçamentárias no orçamento. A LDO, que também dá parâmetros, dá diretrizes para o funcionamento dessas peças. Esse todo aqui tem que ser um todo consistente, um todo orgânico para que a máquina pública, de fato, funcione. Aqui para ter uma noção: da menor peça até a maior, uma tem de estar dentro da outra, para que de fato o planejamento funcione. E aqui, já entrando com maiores detalhes na peça, um exemplo até com base no projeto do Programa de Metas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Só a título de exemplo, no Programa de Metas



foi feito o projeto Sampa Verde. Sampa Verde, por tudo que eu coloquei até aqui, ele tem de estar dentro do PPA, que é um programa mais amplo que contempla os quatro anos. Vai além do Programa de Metas. Tem ações orçamentárias que preveem o funcionamento da máquina como todo; e o PPA ele é configurado de uma outra forma, tem programas, né? Normalmente um programa ele traz ações de diversas Secretarias; é um programa de conteúdo intersetorial. No caso da Secretaria do Verde, o programa pelo qual ela é responsável seria o 3005 – Promoção da sustentabilidade ambiental e, também, nesse sentido de integração entre cada peça do planejamento, na esteira do que foi feito pelo Programa de Metas no início do ano passado é que a gente também procurou contemplar e trazer os ODS para dentro do orçamento e do PPA. No caso do projeto e programa da Secretaria do Verde, a gente poderia elencar como objetivos nele constantes o Objetivo 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, Vida terrestre; Objetivo 15; Ação contra mudança global, que é o Objetivo 13, Educação de qualidade, que é o Objetivo 4 e Objetivo 6, referente à Água potável e saneamento. Aqui, para melhor ilustrar, está a relação de todos os programas do PPA. Em destaque o programa pelo qual a Secretaria do Verde é responsável, que é o 3005, como já mencionado e aqui os demais programas. O valor estipulado ano a ano do orçamento para cada programa também. Aqui um corte feito dentro do programa 3005 da Secretaria do Verde, são os exemplos de ações orçamentárias aqui, ação 7129 – ação de ampliação, reforma e requalificação de viveiros. Queria destacar aqui o elemento de regionalização, que coloca aqui cada viveiro, que são os equipamentos existentes atualmente da Secretaria do Verde. Deve-se ressaltar do desafio até da dificuldade que tivemos no ano passado em fazer ações orçamentárias bem qualificadas, assim, desde uma unidade de medida que possa de fato quantificar bem, acompanhar o desenvolvimento de cada ação. Muitas vezes também há uma dificuldade das Secretarias, isso como um todo, de saber para onde vão ser aplicados os recursos, em quais regiões, em quais Subprefeituras. Então, na hora de colocar no papel acaba muitas vezes por deixar uma ação supra regional em vez de regionalizar. Há uma imposição de se fazer um planejamento, mas na hora de se fazer o planejamento ainda não se tem a noção de qual caminho vai ser seguido. Outro exemplo aqui da ação de plantio de árvores, que inclusive tem total relação com as ações do Programa de Metas. Uma meta, o plantio de árvores, ou seja, essa meta está dentro do PPA através de uma ação orçamentária, com recursos previstos. O produto, como bem destacado, o número de árvores plantadas. A ação foi estipulada de acordo com os parâmetros dados pela Secretaria no ano passado. Isso, obviamente, também é passível de revisão, ano após ano vai havendo o funcionamento. Como é que medimos o sucesso de uma ação, inclusive, no nosso entendimento, o sucesso da execução de fato de um ODS? Através de indicadores, de indicadores precisos, bem construídos. E esse foi um processo que tivemos com cada Secretaria. O Programa de Metas já tinha trazido um rol de indicadores e, aí, em diálogo com cada Secretaria, elas encaminharam indicadores para consolidarmos no Plano Plurianual,



aptos, que seriam os mais bem indicados para se fazer o acompanhamento durante esse ano para ver se as metas, de fato, estão sendo cumpridas. Aqui um exemplo de indicador que foi encaminhado pela Secretaria do Verde e colocado no PPA “o percentual de área verde pública, reservas particulares, o patrimônio natural em relação à área total do Município”. É um indicador que, inclusive, já estava no Observa Sampa e também é mais um indício da necessidade de integração entre as áreas da Prefeitura. Entendemos que o Observa Sampa, enquanto repositório por excelência de indicadores do Município ele tem que ser valorizado, e portanto, temos tido um diálogo muito grande com eles, que eles que têm uma expertise, todo um trabalho de acompanhamento dos indicadores das mais diversas Secretarias e é importante valorizar isso para que haja uma continuidade mínima no trabalho. E aqui eu listei todos os indicadores constantes atualmente do PPA da Secretaria do Verde. Além daquele que eu já mencionei tem o “índice de satisfação dos parques municipais”, “índice de gestão de parques”, “percentual da cobertura vegetal do território municipal”, “número de cidadãos atingidos por ações de educação ambiental” e “quantidade de árvores plantadas”. E, aí, eu coloquei embaixo quais seriam os próximos passos assim de forma imediata, porque essa integração total com o Observa Sampa, que a equipe de COPLAN tem feito para que todos esses indicadores estejam no Observa Sampa, sejam acompanhados e monitorados frequentemente. E, além disso, no âmbito interno da Secretaria da Fazenda desenvolvemos um sistema de monitoramento do PPA. Foi um sistema onde, no ano passado, as Secretarias lançaram os dados do PPA, mas, para além disso, está em fase final de desenvolvimento o monitoramento desses indicadores, para que tenha também a noção e acompanhe com frequência qual está sendo o segmento de cada indicador relacionado inclusive com a questão orçamentária; vamos ter as informações do que foi destinado de recursos para cada ação orçamentária; vamos poder fazer essa correlação também entre orçamento, entre o que está sendo entregue na prática e de entregas físicas. Monitoramento, portanto, não só orçamentário, mas também físico, das entregas feitas. Como forma também de propiciar a integração entre todas essas peças de planejamento e orçamento, passado o período de elaboração do PPA, que foi no ano passado, novamente o ciclo se repete todos os anos. No primeiro semestre deste ano, mais uma vez iniciou o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós já tínhamos uma prática de trazer, digamos, as metas do Programa de Metas para dentro da LDO, o que é uma decorrência lógica, porque considerando o Programa de Metas onde estão elencadas as principais metas de acordo com a gestão do Município, as principais prioridades políticas do Município, nada mais justo do que colocar na LDO, fazendo o link com a questão orçamentária, com a questão dos recursos, das metas do Programa de Metas, tentar quantificar ano a ano e relacionando com as ações orçamentárias porque o Programa de Metas imediato não fez essa relação com as ações orçamentárias, até porque são Secretarias distintas. Cada Secretaria com a sua responsabilidade. Procuramos no Anexo de Metas e Prioridades da



LDO, fazer o link entre projeto do Programa de Metas por meio de suas linhas de ação através dos indicadores, fazendo, digamos, um fatiamento, ano por ano, das entregas físicas, porque havia uma previsão de entregas físicas no período de quatro anos, foi feita uma previsão para entrega para o ano que vem, relacionado com a ação orçamentária, que é algo que pode-se dizer que foi uma das grandes prioridades nesse trabalho conjunto entre Secretaria da Fazenda e Secretaria de Gestão, do ano passado para cá. Porque, como foi bem dito aqui, não basta um programa com projetos, com intenções, mas precisa também do dinheiro, precisa do orçamento previsto para que isso seja colocado na prática. Isso que estamos trabalhado com bastante afinco: fazer essa relação entre os projetos e o orçamento disponível para cada um deles. E o mesmo se deu agora na elaboração do Orçamento, que foi um processo recente, foi entregue há menos de um mês para a Câmara Municipal, agora está em discussão na Câmara. A previsão de sanção é até o fim do ano. Mesma coisa: trazer para dentro os projetos e Programa de Metas, que já estão dentro do PPA, que têm um link com os ODS, trazer para dentro do orçamento, que o orçamento é um instrumento apto a fazer cada projeto se tornar realidade. Mesma coisa: vínculo com a ação orçamentária, valor previsto, a entrega física relacionada. Sem essa conversa entre os instrumentos do planejamento, não será possível, ou será muito mais difícil fazer com que essas entregas sejam feitas de fato. E, para encerrar, além de todo esse trabalho feito pelas equipes das Secretarias, entendemos que há uma necessidade de integração cada vez maior entre as Secretarias, não só Secretaria da Fazenda, mas Secretaria de Gestão, mas todas as outras, o fortalecimento de um vínculo, criar grupos de planejamento que se reúnam de forma mais frequente até para que as informações de fato cheguem até aqui ao Conselho. Para que a informação seja precisa, é necessário que as Secretarias se alinhem cada vez mais e trabalhem de forma conjunta. E um outro fator, não menos importante, é a própria sociedade civil e isso, inclusive, tem previsão legal aqui no Município de São Paulo através da Lei Orgânica a participação da sociedade civil nas escolhas orçamentárias, no processo de construção do planejamento municipal. E o que tem sido feito atualmente é a realização de audiências públicas. A exemplo do programa de metas, que no primeiro semestre do ano passado fez audiências para elaboração nas trinta e duas Subprefeituras, para através do encaminhamento de sugestões da sociedade civil, nós temos feito o mesmo processo na elaboração do Orçamento. Ano passado foi feito, este ano foi feito novamente no mês de julho nas trinta e duas Prefeituras Regionais. Fazemos um evento, colocamos o microfone à disposição das pessoas para colocarem as suas sugestões, suas críticas através de sugestões escritas, que são analisadas e encaminhadas às Secretarias. Nós sistematizamos e encaminhamos às Secretarias para que o orçamento contemple também demandas da sociedade. Enfim, para encerrar aqui, eu coloco o site do orçamento, vinculado à Secretaria da Fazenda. Tem todas as informações referentes à Lei orçamentária, PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias e reforçar também que esse processo, de



certa forma, continua em construção. O Programa de Metas – pelo que os colegas nos informaram – vai passar agora por um processo de revisão e é importante que nós, inclusive, aproveitemos desse momento para fazer o mesmo em relação ao PPA e dialogue com as Secretarias, qualifique os indicadores, então nesse processo de inserção no Observa Sampa, que para nós os indicadores são o meio mais apto de se medir e se verificar qual o caminho que estamos tendo. O PPA, por ser uma lei formal, para ser mudado ele precisa passar pelo crivo da Câmara Municipal, não é apenas uma canetada, mas, ainda assim, não deixa de ser uma janela de oportunidade para se discutir e, em último caso, encaminhar um projeto para a Câmara, mas a gente está num período que é importante cada Secretaria continuar contribuindo para que a gente afine o instrumento e construa, assim, ações e indicadores que esteja mais de acordo com os objetivos de cada Secretaria. É possível, ainda está em aberto, estamos à disposição para ouvir cada Secretaria e construir mecanismos que estejam de acordo com os objetivos de cada uma delas. Acho que é isso. Obrigado pela atenção, estou à disposição para responder perguntas.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Nosso muito obrigado ao Tácio Piacentini pela apresentação do Plano Plurianual – PPA e a sua articulação com os Planos de Metas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. Está aberto à manifestação dos Conselheiros.

Cons. Sônia Hamburger – Sônia, Oeste 2. Eu gostaria de fazer inicialmente duas observações. Uma é que eu fiquei surpresa de no PPA ser destacado só como meta de sustentabilidade o plantio de árvores. Porque, no meu entendimento, a sustentabilidade da cidade inclui a habitação, inclui o saneamento básico, inclui a saúde, inclusive eu vi que tinha outros itens com esses assuntos; então, no meu entendimento a sustentabilidade abarca todas essas questões. Com relação ao plantio de árvores, eu também fiquei bastante interessada nessa proposição, no sentido de que existem recursos destinados a isso. E, para nós, o que estamos percebendo aqui na Secretaria é que temos muito poucos recursos destinados ao Verde e Meio Ambiente, orçamentariamente. Então, isso para nós é muito caro ter recursos destinados a uma ação que seja ligada à Secretaria, porque eu acho que deveria ser uma batalha de toda a população fortalecer a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, no sentido orçamentário mesmo. O que eu gostaria de saber com relação a essa meta do plantio de árvores e a relação dela com os parques, que é um dos indicadores é a relação com os parques, pelo que eu entendi. O que eu gostaria de saber é como que isso se dá, porque o que a gente está vendo é que os parques eles estão com uma dificuldade muito grande de manuseio e manutenção por conta de falta de recursos. E, por outro lado, a gente tem um exemplo lá na Zona Oeste muito triste, que é o plantio de árvores numa área que é uma área de um futuro parque que, porém, não está decretado, nem implantado por falta de recursos, que é o parque da Água Podre. Houve um plantio de grande quantidade de árvores, houve uma ocupação dessa área pelo movimento de moradia - por isso



que eu falo que a habitação também faz parte da sustentabilidade – e temos um plano de habitação parado na Câmara e também no Executivo. Houve o plantio, houve uma ocupação; e por falta de implantação desse Parque da Água Podre as árvores foram destruídas. Então, eu gostaria de saber qual é essa interação entre o plantio e o cuidado com os parques e implantação de parques.

Tácio Piacentini (SF) - Em primeiro lugar, o plantio de árvores foi só um exemplo; porque o programa, esse que eu mencionei que é o 3005 – Promoção da Sustentabilidade Ambiental – ele envolve diversas Secretarias, não é só a Secretaria do Verde, mas seria a principal Secretaria, entretanto, tem Habitação também, tem o recurso dos Fundos, até que se for ver, ano a ano, tem recursos muito maiores para diversas ações, foi só um exemplo dado. Quanto à questão dos parques, o que eu posso dizer? Que somos Secretaria meio; a Secretaria da Fazenda ela define isso (e obviamente interfere), define limites orçamentários. Parte do pressuposto de que, infelizmente, não há recursos para se fazer tudo; então, divide recursos entre as mais diversas Secretarias. Entendemos que cada Secretaria é quem tem a maior responsabilidade, a maior ciência de se fazer as ações na prática, que sabe, mais do que ninguém, quais são as prioridades. E aí existem mecanismos para que essas prioridades se coloquem no orçamento. Esse exemplo do parque foi dado na audiência pública, inclusive, do Butantã. Cansei de sistematizar isso; cada sugestão fez todo um compilado e mandou para as Secretarias. O Parque da Água Podre estava. E isso é importante porque, a partir daí nós damos ciência para a Secretaria do Verde, encaminha para a Secretaria do Verde “Ó, há uma demanda, mais de uma inclusive, sobre esse parque”. Parque é uma prioridade, como foi visto. Tem de casar a ideia de ser prioridade com a ideia de haver recursos; que infelizmente sabemos que não tem para tudo, mas dentro do nosso trabalho essa demanda foi encaminhada para a Secretaria fim, que é a Secretaria do Verde. E a Secretaria do Verde vai saber qual a melhor forma, o que deve ser feito para se colocar isso na prática.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Com a palavra, o Conselheiro Ivo.

Cons. Ivo – Bom dia a todos, Ivo, Leste 1. Acredito que é muito pertinente esse investimento orçamentário para plantio, porque nós, que somos da Leste, nós temos o Parque do Carmo, Parque natural, e a região onde tem as maiores ilhas de calor de São Paulo. Então, falamos a questão de saúde envolve o quê? Tempo, clima, ar para que possamos respirar. O plantio envolve tudo. Eu tive a má sorte de no Parque Savoy ser retirado quase duzentas árvores por uma invasão, árvores que tinham mais de sessenta anos. Uma questão que eu trouxe aqui para o pleno; uma questão que estamos tentando ver se conseguimos recuperar essa área através de plantio para coibir próximas invasões. Obrigado.



Cons. Sônia Hamburger – Sônia do Oeste 2, completando a minha pergunta - existe aí essa integração orçamentária, das metas e das Secretarias. Como que a Secretaria acessa esse recurso relacionado a essa meta do plantio, então? Eu gostaria de saber.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Se me permite, gostaria de tentar esclarecer o máximo possível. Primeiro, que a intenção de colocar o PPA e a apresentação orçamentária tem uma lógica daquilo que é a demanda dos ODS. Falamos em ODS e esquecemos como é que está sendo trabalhado aqui em São Paulo. No Plano de Metas foi colocada as metas relacionadas aos ODS. No Plano de Metas foram estabelecidas as metas, os projetos e as ações. Cada projeto tem as suas Secretarias responsáveis e suas ações, isto rebate na construção do Plano Plurianual, ou seja, todas essas ações foram colocadas no PPA e, conseqüentemente, também no orçamento. No caso específico que o nosso colega apresentou, ele fez um recorte do Sampa Verde, que é um projeto que está na Secretaria do Verde e tem várias ações, dentre elas plantio e a questão da administração de parques. Então, isso está dentro de um projeto, dentro de uma meta relacionada aos ODS. A peça orçamentária é construída com essa lógica. O orçamento deste ano foi de quanto encaminhado pela lei, alguém pode me lembrar? Cinquenta e seis bilhões? É isso, né? Então, este ano, a Prefeitura encaminhou para a Câmara Municipal uma proposta da Lei de Orçamento cinquenta e seis bilhões, que é uma peça total da cidade. E, nesse sentido, cada ação tem lá o seu custo, a sua operação. É importante que tenhamos conhecimento disso. Com isso, vem a pergunta: bom, mas poderíamos ter mais recursos para isso? Poderíamos. Quer dizer, eu adoraria que a Secretaria tivesse mais recursos, mas nós temos outras ações e outras metas que estão colocadas nos objetivos da cidade, nas metas da cidade, nas ações de cada Secretaria e por fim, analisam quais são as ações prioritárias. Temos a saúde, a educação, enfim, temos toda um conjunto de prioridades que a cidade necessita. Então, a peça é construída desta forma, só que ela não está solta. Ela está dentro de uma lógica e é importante que saibamos que a lógica é para executar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e isso não podemos perder. Quando falamos em sustentabilidade não é só mesmo plantio. Nós temos transporte, nós temos várias questões - saúde, educação, que fazem parte desse processo. Pode ser que para muitos aqui esse assunto seja até cansativo, principalmente para quem está do lado de cá do Executivo, que está no dia a dia trabalhando com isso - sabemos como é - mas principalmente para quem não faz parte, quer dizer, a sociedade civil que não conhece a dinâmica da gestão pública é importante que vocês conheçam, até porque vocês também são atores a nos ajudar nesse sentido. A Câmara Municipal está com a peça e lá cabe emendas, cabe discussão; os Vereadores opinam em cima do Orçamento. Esta transparência e essa oportunidade que trouxemos para o CADES colocando desde o início do Plano de Metas, quer dizer, quando foi pautado. Os ODS aqui em São Paulo, estamos baleando, estamos trabalhando desta forma e com



este método. Não é fácil, porque as prioridades são enormes. Tem muita carência, muita coisa a fazer, mas, de uma forma ou de outra, no pacote geral das dezessete a gestão da cidade tem buscado atender ou trabalhar em cima nesse sentido. Eu queria só reforçar: a discussão não é só da Secretaria do Verde. Eu como Secretário Adjunto gostaria muito mais de termos Orçamento na Secretaria, mas sabemos das limitações orçamentárias que o Município tem e nesse sentido nós precisamos achar saídas para executar essas ações, que, com certeza, virarão, ou seja, se apresentarão como o projeto como um todo.

Cons. Andréa Franklin - Andréa, SIURB. Pegando um pouco carona na fala do Secretário, acho que para uma reflexão nossa: achar saída para projetos na Prefeitura que abarque tantas carências que a gente tem é um desafio enorme, porque do nosso lado, lado lá de SIURB e SP-OBRAS, que implantamos obras de infraestrutura de grande impacto, muitas vezes a gente fica limitado a atuar só na nossa competência, mas as nossas implantações afetam diretamente Habitação, criação de parques e muitas vezes a gente tem a dificuldade de lidar com essa falta de competência porque a gente ouve muito "ah, mais isso não está no nosso pacote ou não está na nossa contratação, não é atribuição nossa". E quando a gente confronta as demandas, muitas vezes a gente está atuando numa área de transporte que tem um parque previsto como prioridade, que tem uma remoção de famílias para aquela mesma área e que talvez um olhar sistêmico do Governo, que possa articular isso e priorizar nos leve para um caminho pouco mais positivo quando a gente implanta uma obra dessa magnitude, porque daí a gente consegue atuar mesmo não estando na nossa competência. É um desafio grande, porque trabalhar com três, quatro Secretarias ao mesmo tempo, se não tiver uma prioridade, fica muito difícil. A gente como empreendedor fica limitado a não poder extrapolar o âmbito de atuação e acho que é um caminho aí para a gente pensar. É nesse sentido, o licenciamento ajuda, porque ele aponta esses impactos. Quando a gente começa um processo e começa um licenciamento, você tem noção um pouco aonde você vai estar impactando, só que o seu poder de atuação muitas vezes falha porque você não tem recurso para tudo aquilo. Você não consegue implantar um corredor e remover todas as famílias que muitas vezes estão naquela área de influência ou implantar um Parque que às vezes está previsto no Plano Diretor, mas você não consegue desapropriar para implantar um Parque. É um desafio acho que para o grupo, para a Prefeitura, para gente pensar e ir tentando atingir os objetivos da ODS.

Cons. Delson Lapa - Delson Lapa, Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes. Já que você pegou carona na fala do Secretário, eu pego na sua. Uma coisa que eu venho falando, venho debatendo há muito tempo: o fortalecimento das áreas de gestão ambiental das empresas ou das Secretarias do Município de São Paulo. Nós temos três Secretarias, que são grandes empreendedoras no Município de São Paulo, na minha opinião, vamos colocar assim: a SIURB,



que é a maior delas, a SEHAB e a Secretaria de Transporte. Nós percebemos que lá na concepção dos nossos projetos, não é muito do meu perfil, mas agora eu acho que eu tenho que falar assim. Alguma coisa mudou para o bem e para muito positivo com um trabalho muito pesado tanto meu quanto da Andreia e a turma da Secretaria do Verde nas últimas licenças que foram aprovadas aqui nessa casa. Lá na concepção de um projeto de engenharia não se fala em planejamento ambiental e não há recurso para isso. A gente fica sempre pendurado ou no projeto ou na obra. Na hora da fiscalização, quando a gente está implantando o empreendimento, não há recurso para a gente fazer as compensações ambientais que é de licença ou uma compensação ambiental de SMUL, que é uma compensação ambiental por outro motivo qualquer. Nós não temos recurso e aí a gente sempre fica pendurado na empreiteira, por exemplo. Aí nós temos que implantar programas que são exigidos na licença ambiental. A gente tem que fazer química para empreiteira implantar esse programa. É dar milho para bode. Aqui na casa a gente só vai até a LAP e o processo de licenciamento ainda tem a LAI, que a meu ver é tão importante quanto a LAP e a LAO, e nós aqui não participamos desse processo aqui no CADES e as nossas gerências, assessorias - tem gente que gosta de jogar gerência de meio ambiente para assessoria. Isso aí é gerência? Põe como assessoria! Então, na minha opinião - e aí estou puxando a sardinha para o meu lado - enquanto nós aqui na Prefeitura não fortalecermos as áreas de gestão ambiental - lá na SPTrans estou propondo mudar o nome da gerência, até para ampliar a atuação justamente nessa relação institucional, de Gerência de Planejamento Ambiental e Territorial. Nós temos a Gerência de Planejamento de Transporte, nós temos a Gerência de Planejamento de Viário e não temos uma Gerência de Planejamento Ambiental. Na concepção do projeto, as próprias projetistas não estão nem sabendo se aquilo lá é um parque, se aquilo lá é não sei o que, enfim. Então, eu acho que foi uma carona mais para o desabafo, porque eu tenho dito isso há muito tempo, viu Secretário, que nós temos que fazer um trabalho forte para fortalecer as áreas de gestão ambiental principalmente nessas três Secretarias.

Cons. Sônia Hamburger – Sônia, Oeste 2. Eu gostaria só de agradecer muito a fala de vocês. Para mim realmente foi muito importante ouvir vocês falarem nessa dificuldade dentro de duas áreas que são realmente empreendedoras da Prefeitura. Eu agradeço muito mesmo. Eu inclusive queria fazer um informe, que eu cheguei atrasada, peço desculpas. Tive problemas pessoais. Eu vim como assistente só para assistir na reunião do FUNDURB aqui e para mim foi muito interessante ter vindo. Nessa ocasião o representante do CADES não estava presente e eu acabei até falando nessa reunião como assistente, não como representante do CADES, mas eu acho que nesse sentido acho importante a gente fortalecer esse Conselho: no sentido de proporcionar a integração entre as Secretarias e o fortalecimento dessa ideia de sustentabilidade dentro dos fundos, dentro dos Conselhos e dentro das Secretarias. Inclusive a nossa ideia de



fazer um relato do que se passa, dos representantes, quer dizer - tem o FUNDURB, tem o FMSAI, tem o FEMA. De trazer essas informações para os Conselheiros é exatamente nesse sentido da gente estar mexendo nessa massa que é a sustentabilidade dentro da Prefeitura, dentro das Secretarias e também orçamentariamente falando. Eu agradeço muito, obrigada.

Cons. Rosélia - Também eu compartilho da mesma dor de vocês por conta de que nós também sempre estamos olhando, onde está o Orçamento para poder planejar. Eu sou Diretora de Planejamento, estou sempre vendo onde está o dinheiro. Nós estamos agora fazendo um termo de cooperação com a SEHAB - só quero relatar isso. Vamos construir dois parques, tentar construir dois parques juntamente com a SEHAB, pois são eles o responsáveis pelo Programa de Urbanização de Favelas e o Programa de Mananciais, que cabe a construção de um parque perfeitamente. Todos os itens de um parque, diferentemente deles, que não têm realmente o item de parques, a SEHAB tem, porque numa urbanização de favelas ela constrói diversas coisas, inclusive parque. Estamos costurando com eles a construção de dois parques: um é uma terceira fase do Cocaia, que é o Grajaú - dentro do Programa Mananciais. Nós temos o terreno comprado, adquirido, mas nós não temos recursos para construção de parques. A Secretaria do Verde está sem recursos para investimento. E o segundo é o Água Podre, porque é uma urbanização de favelas que eles vão provavelmente lançar esse edital de obras no começo do ano que vem ou no final desse ano e queremos ver se conseguimos construir o parque, o linear, Água Podre daquele trecho não da nascente, mas onde está de fato o rio. É isso, obrigada.

Cons. Thobias Furtado - Tobias, Centro-Oeste 2. É justamente por isso, essas últimas falas, que a gente acha tão importante numa Câmara Técnica de pauta receber as sugestões de vocês, Conselheiros, sobre o que vocês querem tratar aqui. Às vezes uma pauta como essa, o que que é preciso fazer para mudar, poderia ocupar uma reunião inteira nossa para a gente poder ter oportunidade de escutar inúmeros outros aqui sobre como é que eles poderiam eventualmente ajudar, como é que a gente poderia melhorar, quem que a gente tem que convidar para fazer uma coisa acontecer. Agora, o que acontece nos últimos três meses é que a gente recebeu zero sugestões de pauta de vocês, zero. Como é que a gente planeja no médio e longo prazo o CADES se a gente não tem um relatório, se a gente não tem a sugestão de vocês? Isso é muito, muito, muito importante. Outra coisa: nós temos inúmeras comissões formadas no CADES, nós temos Câmaras Técnicas já formadas no CADES. Tem uma específica, que é a Comissão de Parceria, que é para ser instituída nesse mês e tem coisas aí que eu não sei o porquê que está acontecendo que não estão querendo instituir neste mês inespecífico. Ela já foi deliberada aqui. A gente gostaria até de estender o convite para quem quiser participar que participe. Eu acabei de receber aqui um e-mail nesse minuto de um pessoal com nanotecnologia querendo despoluir uma área qualquer da Prefeitura, que tem uma visibilidade. Eu falei do Ibirapuera está tudo muito



complicado. Eu até vou encaminhar para vocês, mas a gente não tem nem a Comissão formada, nem o *feedback* das Comissões já formadas: de Transportes, criada há três meses atrás, das outras... A gente não sabe como acompanhar. E não dá para pegar o telefone. Imagina setenta pessoas pegando o telefone, ligando para a Secretária Executiva "e aí, o que que está acontecendo"? Enfim, minha mensagem é que vamos trabalhar juntos para que a gente tenha boas pautas e que a gente possa fazer de fato alguma mudança através do CADES, porque tem que ter sentido esse Conselho aqui e esse Plenário, como é organizado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu acho que a sua fala é bem oportuna. Demonstra que precisamos viver um pouco o CADES, viver um pouco - que eu digo assim - dar vida para o CADES e as Câmaras elas são esse espaço. Todos participando, todos discutindo e só para lembrar que este tema de hoje, ODS, é em virtude da Câmara de Pauta, que apresentou que precisaríamos colocar todos os eixos e em cima disso hoje esse tema dos ODS e em virtude daquilo que foi demandado pela Câmara de Pauta. Então a sua fala é importante e é importante para os Conselheiros. Você pode ser ativo, mas nós pedimos que todos sejam ativos nesse sentido.

Cons. Ivo - Ivo, SAVOY. Não cumprimentei meus pares. Bom dia a todos. Por motivos de saúde estive afastado dos compromissos que firmei aqui com Câmaras Técnicas. Inclusive na última reunião eu não estive aqui com vocês. Pegando a fala do Planejamento, eu tenho uma angústia que há muitos anos está aqui. A SIURB aprovou o Parque Nair Bello, financeiro: quatro milhões e meio na época. Isso há anos atrás. A obra era para execução. Nair Bello é um parque que está no eixo da Aricanduva/Jardim Santa Terezinha. A área só não está invadida.. A Senhora está falando um caso interessante: a questão da água, da preservação da água, só que nós temos dois deles que têm que ser atentados. Aquele território só não foi invadido porque os moradores cuidam. Nós temos aqui uma rede que um fala com o outro o que está acontecendo no território para preservá-lo. Nós tivemos uma emenda de um vereador que é da casa, que é o Toninho Paiva, de três milhões para esse parque no Orçamento. Se somar todo o dinheiro que foi direcionado para o Nair Bello, chega a quase dez milhões e o parque não saiu do papel. Eu desarquivei esse processo há três anos atrás, que estava arquivado e a gente tem esse empenho. Nós estamos falando de ODS, estamos falando em saúde. Aricanduva, hoje, por causa do Rodoanel, o que nós temos impacto dos caminhões na saúde do idoso? O parque seria um mitigador, ia contribuir para isso. Minha fala é essa. Eu gostaria que de ter uma devolutiva para saber em que passo está hoje o Parque Nair Bello. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Por questão de ordem, foi estabelecido agora o quórum do Plenário às 11h14, então eu gostaria de pedir a compreensão dos Conselheiros para



que fossemos para o primeiro ponto do expediente. Pode ser? Quero agradecer a participação de todos os palestrantes que estiveram aqui conosco. Muito obrigado a cada um de vocês, às Secretarias respectivas e até a próxima, vamos precisar muito de vocês. São 11h15, temos o quórum, passo para primeiro ponto do expediente: discussão e votação da 204ª reunião plenária ordinária do CADES. Alguma observação, alguma correção, manifestação? Coloco em votação. Os Conselheiros que aprovam a Ata da 204ª reunião plenária ordinária do CADES, permaneçam como estão. A Ata da 204ª reunião plenária ordinária do CADES está aprovada por unanimidade. Segundo ponto do expediente: posse da senhora Liliane Glaessel Ramalho - ela não se encontra no momento – como Conselheira suplente, representante da Secretaria Municipal de Justiça/SMJ. A posse está acolhida, considerando empossada. Terceiro ponto do expediente os informes. Primeiro informe: Comissão Especial para Parcerias e Cuidado de Áreas Públicas Verdes Recreativas Abertas da Cidade. Lembramos a todos que estamos recebendo inscrições para Comissão Especial para Parcerias e Cuidado de Áreas Públicas Verdes Recreativas Abertas da Cidade. Pedimos aos interessados que mandem e-mail para ca-des@prefeitura.sp.gov.br. Informamos ainda que a Comissão estava com previsão de início para o mês de outubro, porém para que o grupo tenha o apoio devido, são necessárias informações técnicas e procedimentos que estão em andamento em DEPLAN; portanto assim que as informações estiverem disponíveis, iremos convocar a reunião da Comissão. Segundo: eleições dos CADES regionais e Conselhos Gestores de Parques. Informamos que nos dias 20 e 21 de outubro ocorrerão as eleições para o CADES Jabaquara e Mooca, respectivamente. As eleições serão nas praças de atendimento das Subprefeituras, das 10 às 16 horas. Encontram-se abertas as inscrições para o CADES regional Penha até o dia 1 de novembro, CADES Santana até dia 24 de outubro, Parque Tenente Brigadeiro Roberto Faria Lima até o dia 28/10, Parque Praia do Sol até o dia 28 de outubro, Parque do Povo até o dia 5 de novembro. Quero convidar Magda Beretta, do CADES Vila Mariana, que também fará um informe. Por gentileza.

Cons. Magda Beretta (CADES Vila Mariana) - Obrigada. Bom dia, meu nome é Magda Beretta, sou do CADES Vila Mariana. Eu sou Conselheira já na minha segunda gestão. Eu queria só destacar para vocês algumas ações que o CADES Vila Mariana tem desenvolvido completamente alinhada com esses ODS. A primeira tem muito a ver com o dia de hoje, que é a terceira edição da Feira Orgânica Noturna no bairro da Saúde. É a segunda feira orgânica noturna que a cidade de São Paulo tem e essa feira orgânica noturna vai até às 21 horas, então a feira orgânica noturna juntamente com a Horta Comunitária da Saúde, outra iniciativa, estão completamente alinhadas com os ODS 2,13 e 12. Outra iniciativa que a gente tem é o projeto-piloto de arborização de calçadas, que a gente conta com apoio da Secretaria do Verde e da Prefeitura Regional da Vila Mariana e a gente faz esse plantio baseado nas normas técnicas da Secretaria do Verde,



juntamente com a comunidade. A comunidade participa de todas as ações, inclusive do plantio e manutenção, completamente alinhado à ODS 11, ODS 15 e ODS 17 e esse projeto ele foi incluído num projeto internacional chamado Municipalidades em Transição. Cinco países estão participando. O nosso projeto foi selecionado através do Instituto Ecobairro, que a gente verifica quais são. A gente está desenvolvendo uma metodologia de melhor forma de trabalhar a sociedade civil junto com a municipalidade, então a gente tem um outro GT de sustentabilidade, que identificamos todas as iniciativas alinhadas com a sustentabilidade na Vila Mariana, vamos inserir nesse projeto para melhorar essa troca da sociedade civil com a municipalidade. Então me coloco à disposição de vocês para alguma pergunta e convido todos para participar dessa feira orgânica noturna, ela está sendo um evento e a gente está querendo que ela fique permanentemente. Obrigada. O endereço está na José Maria Whitaker. Começa às 5 da tarde.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Queremos agradecer a Magda, do CADES Vila Mariana pelos informes. Muito obrigado. Passamos agora para o terceiro ponto de expediente, que são sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Alguma inclusão?

Cons. Thobias Furtado - Devair, eu gostaria de entender melhor o informe que você fez agora pouco sobre a Comissão Especial de Parcerias. Você especificou que está faltando um dado que no seu julgamento ou no julgamento do CADES seria um dado essencial para a constituição da Comissão. Eu gostaria de entender que dado que é esse, o que exatamente está faltando e por que você acredita que as pessoas se reunindo antes que esse dado se concretize a gente não tem nada relevante a avançar, uma vez que já é interesse formalizado aqui na Câmara três meses atrás das pessoas se reunirem sobre esse escopo. Eu não vejo nada a perder. Eu gostaria de entender melhor, obrigado.

Rute Cremonini (Secretária Executiva) - Rute Cremonini. Eu gostaria de dar essa resposta. Sou Secretária Executiva. Essa Comissão foi formada com início previsto em outubro justamente porque nós tínhamos que ter dados, dados do DEPLAN, dados do SAPAVEL e que nós não temos ainda, então o Chefe de Gabinete Ravena solicitou que nós ainda não começássemos e esse começo baseado em dados, só para esclarecimento, foi acordado por todo o Plenário.

Cons. Thobias Furtado - A sugestão de criação da Comissão ela não partiu nem da Secretaria do Verde, ela partiu da sociedade civil, ela partiu de mim. Até o nome e o escopo, que ainda nem foi conversado conosco, ele está partindo do pressuposto que esses dados - que você ainda não deixou nada claro para mim quais são - eles são preciosos para que essa conversa e essa comissão comece o seu trabalho. A data de outubro, estabelecida pelo Ravena - que a gente queria estabelecer em julho - deixa ser depois das eleições e a partir daí depois das eleições, a



gente colocou - não sei o porquê, não vou entrar no mérito, não quero entrar em conflitos aqui - a gente acordou que seria feito em outubro. Agora o que eu sinto é: eu ainda não entendi pela sua fala quais dados específicos estariam evitando um encontro de pessoas interessadas em discutir e ajudar no formato da Comissão. Que dados são esses, por que isso impede que as pessoas conversem, uma vez que o intuito de uma Comissão especial é reunir pessoas interessadas no assunto, tem zero poder deliberativo e o resultado do trabalho ele inevitavelmente vai ser enviado para o CADES quando a Comissão maduro o suficiente para fazer parte. Agora, de todos os membros cadastrados na Comissão, até onde eu tenho conhecimento, nenhum deles está dizendo que está faltando esses dados. Me estranha que se tivesse ao menos um membro - vamos imaginar, o Chefe de Gabinete Ravena, tivesse inscrito e levantado a bandeira, seria uma coisa, mas nem inscrito ele está na Comissão. Se a Rosélia chegar e falar "vou me inscrever". Eu vou ficar felicíssimo. Puxa, os dados são importantes. Vou ficar felicíssimo. Pelo menos a gente tem gente na Comissão e tem um porquê. Agora, essa simples... vamos postergar de novo, me soa muito estranho e eu estou fazendo aqui a segunda consideração sem fazer a terceira. Obrigado.

Cons. Rosélia - Só para tentar ajudar o Rodrigo, o Ravena. É por conta de que nós não nos organizamos ainda, internamente. Essa acho que foi a fala colocada anteriormente, porque nós vamos formar um grupo, um GT interno da Secretaria primeiro, para definir quem será coordenador desse plano e isso não foi feito ainda. Já fizemos uma minuta desse GT. Está lá no Gabinete para deliberar sobre isso. Estamos aguardando também. Nós, como equipe técnica, estamos aguardando esse GT porque assim podemos nos organizar, porque essa Comissão não vai ter nem interlocutor dentro da Secretaria para conversar ainda. É isso o que nós estamos aguardando: esse GT sair publicado e aí podemos começar, porque tem que definir um coordenador do plano, um interlocutor.

Cons. Thobias Furtado - Como membro inscrito, falando em nome de todos os membros inscritos, que me desmintam, todos têm interesse em começar imediatamente a Comissão. Se alguém da Prefeitura, da Secretaria do Verde quiser se inscrever e dizer "Ah! eu não tenho interesse" que faça a manifestação; mas eu não vejo - eu deixo aqui registrado - qualquer que seja, por mais que eu coadune com a importância do GT, de começar o trabalho imediatamente, que é desejo de todos.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu estou sendo provocado e eu vou dar a minha opinião. Toda Comissão tem que ter pessoas, membros daqui do CADES. Não é só a sociedade civil. Toda a estrutura que, aliás, é importante para trazer a informação, para ajudar. Essas informações dos Departamentos são fundamentais, até para que todos conheçam. Então, assim,



essa inscrição dar a dinâmica, que foi proposta com relação à Comissão, eu acho que é fundamental. Agora, quando começar isso, eu, particularmente, não posso neste momento dar uma informação a respeito disso, ok?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Bom, dando prosseguimento, nós vamos propor como inclusão de pauta a indicação de um membro suplente para o FMSAI e um membro suplente para o FUNDURB. Os Conselheiros interessados em compor o FMSAI como representante suplente do CADES, por favor, levantem a mão.

Rute Cremonini (Secretária Executiva) – Nós temos duas cadeiras. Pensando na sugestão da Comissão de Paula, nós fizemos o levantamento; nós temos duas cadeiras de suplentes para completar: uma no FMSAI e uma no FUNDURB; então, os interessados em serem suplentes representantes do CADES nesses dois órgãos, por favor se manifestem.

Cons. Thobias Furtado - Deixa eu fazer uma pergunta, em questão de ordem, aproveitando e oficializando, por isso que às vezes eu pego o microfone um pouco em excesso. Eu peço desculpas àqueles que têm vontade de sair mais cedo, mas como é que está funcionando isso? Quanto tempo um representante do CADES fica no Conselho? Até que ele se canse? Há uma rotatividade? Há uma lista de interessados em eventualmente participar, que isso possa promover uma rotatividade? Não há aqui no CADES nem informes desses representantes do Conselho, do que está acontecendo lá dentro. O que a gente está buscando no Comitê de Pauta é de alguma forma é tentar dar mais transparência para as participações ativas do CADES e permitir que outras pessoas eventualmente possam ir atrás do representante atual, aprender com os representantes atuais, promover uma rotatividade, porque eu acho que essa é a essência dessas representatividades nesses Conselhos. O que eu sinto - e olha que eu provoco, vocês sabem o tanto que eu provoco - o que eu sinto é que muito pouca informação chega horizontalmente para todos, a não ser com base na provocação. E eu acho que a gente tem que realmente fazer um exercício, eu vou deixar obviamente a Rute terminar a votação, ver quem é que está interessado, mas um exercício do próprio CADES de pensar como é que essas nossas participações acontecem nesses Conselhos, e o princípio disso tudo, que a gente bate Comitê de Pauta, é no mínimo dar a oportunidade para quem preside cada um de falar uma frase por cada Plenário sobre o que está acontecendo lá dentro. A partir daí começa a mexer.

Rute Cremonini –Secretária Executiva – Obrigada, Thobias. Com a palavra o Delson.

Cons. Delson Lapa – Delson Lapa, SMT. Pegando carona no meu próprio humor de hoje. Thobias, tem de provocar e participar. Você está provocando muito e participando pouco. A prova



disso é o quanto você provocou com a Comissão de Passivos, e nós já fizemos três reuniões e você não foi. Então, provoque e participa, eu acho que é importante.

Cons. Tobias Furtado - Eu peço o direito de resposta, uma vez que ele está fazendo uma afronta específica a minha, que foi até de forma indelicada. A instituição dessa Comissão, que eu tive muito interesse em participar, se deu durante as minhas férias e vocês fizeram inúmeras reuniões. Eu estou provocando de maneira propositiva clara, e se você se sente de alguma maneira oprimido, hora nenhuma eu fiz, em nenhum dos e-mails, eu posso até, inclusive, divulgar a todos os interessados. O que eu estou buscando especificamente nesta Comissão que o Delson está falando, neste específica Comissão, é um pouco mais de transparência, transparência nos processos: qual é a função da Comissão, cadê os documentos para a gente enxergar. Eu estou fazendo isso... mandei três e-mails nesta última semana, que parece que ele se sentiu incomodado. Fora isso, eu sou a pessoa, se bobear, a única inscrita em todas as Câmaras Técnicas. Eu me pergunto, quem participa de todas as Câmaras Técnicas. Fora isso, eu estou aqui buscando criar uma nova Comissão, presidindo interinamente a Comissão Técnica, então, eu acho que é uma coisa infundada, Delson. Acho que, assim, a beleza daqui é a gente tentar provocar com que os outros participem. Você participando com moderação, com coisas concretas, que a gente tenha uma consideração razoável e conclusões frutíferas no CADES. Obrigado.

Rute Cremonini - Secretária Executiva – Azzoni tem a palavra.

Cons. Azzoni – Azzoni, da Associação Comercial de São Paulo. Primeiramente, acho que a provocação está sendo meio direcionada para mim, porque eu sou o representante nesses Conselhos, representando o CADES. Na verdade, a pergunta que você faz é assim: a pessoa se candidata e ela é votada pelo plenário. Enquanto eu estiver aqui no plenário, eu posso me candidatar, como você também. Quem vai decidir é o voto de todos os membros daqui. Se eles sentiram que eu sou o representante deles dentro desse Conselho é porque eles se sentiram confortáveis; não impositivo, não foi direcionado e não foi manipulado, como você está querendo dizer. E, segundo, as informações que são passadas nesses Conselhos elas são muito técnicas; o que a gente faz é acompanhar alguns processos dentro do, no caso do CTLU, na última Câmara de CTLU, foram praticamente quase vinte e cinco processos extremamente técnicos. Começaram às 9 horas da manhã e terminava às 2 da tarde. E eu fiquei? Fiquei; acompanhei todos eles. Participei? Participei de todos eles. Agora trazer uma informação se for do consenso do colegiado que, periodicamente, nós temos de fazer cada reunião e nós temos que fazer uma exposição, isso não é problema nenhum, só que isso não era deliberado. As provocações... participo de todas as Câmaras? Sim. Vou em todas? Sim. Eu sou um cara que me doo para o Município, com muito prazer. Como você mesmo falou naquela discussão quando montou, você falou assim: a sua



participação como Conselheiro me faz lembrar daquele Conselheiro de parque que vê o parque sujo e vai varrer. Sou, com muito orgulho. Eu me dedico pela minha cidade e tenho prazer. Eu cresci, vindo do CADES Regional. A Conselheira do CADES da Vila Mariana, eu fico orgulhoso da Senhora estar aqui, porque eu comecei aí como Conselheiro. Aí eu vinha nas reuniões do Conselho e via como participava; eu participei de todas as reuniões plenárias como Conselheiro do Cadinhos da Vila Mariana. Aí eu fui vendo como era o processo, fui aprendendo e fui levando isso para a Vila Mariana. Eu conheci a Rute, ela realizou a capacitação dos Conselheiros e assim eu aprendi a ferramenta de como nós podíamos fazer. Percebi que existia o CADES, que eu poderia vir pela minha Associação Comercial, que na época eu era da Distrital Sudeste, localizada na Vila Mariana. Então o meu Presidente, que era o Rogério Amato, falou: “Pela sua participação, vou te indicar. Você assume?” “Assumo, com muito prazer”. Naquela época, eu era suplente e o que me cabia eram as Câmaras Técnicas. Participei de todas, com muito orgulho. Eu só queria mais um tempinho para explicar dessa Comissão especial. Nós já fizemos três reuniões. Nós estamos parametrizando como que será o trabalho que será realizado; não foi definido. A próxima, que é agora, o Secretário vai passar o procedimento como que vai ser feito. Não tem nada definido, está tudo sendo criado, mas foi como o Delson falou: “Participe, não fique só causando, participe”. Já que você gosta de trazer novas ideias, participe, é uma coisa importante. Não fica só colocando tempestade, traga a informação, venha por o trabalho braçal, Obrigado.

Cons. Thobias Furtado - Obrigado, Azzoni, eu só queria esclarecer que hora nenhuma eu estou apontando para você. Apesar de você ser a pessoa – que eu acredito, também não tenho informação – que mais participa daqui; já te falei inúmeras vezes, até brinquei como um super Conselheiro. O que eu estou buscando aqui - e espero que fique claro – nós precisamos, de alguma forma, trazer essas informações para o CADES. Se são complexas, que sejam duas, três frases sintéticas, o que discutiu via relatório. Agora, se a gente não sabe o que está acontecendo lá fora, a gente não participa. Sobre essa Comissão Especial, que não é nem Câmara Técnica, é uma Comissão Especial, com todo o procedimento, ficou marcado para a próxima reunião, fico feliz que vocês já tenham realizado três reuniões aí no último mês.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Deixa eu fazer uma consideração importante. O representante é do CADES, ou seja, os Conselheiros votaram, no caso ele, estou vendo aqui também a Rosa, que também está no CADES em um Conselho. Se vence o mandato lá, eles nos comunicam, e nós delegamos a alguém a fazer parte disso. Quando delegamos alguém, nós acreditamos que a pessoa esteja lá. Se ela não estiver satisfeita, ou estiver em dúvida com relação à representação dela, ela mesma irá compartilhar com os demais Conselheiros. Nós demos um voto de confiança e delegamos a este representante do CADES para estar nesse Conselho. Partimos do princípio que as coisas estão caminhando. Ah! Eu não vou ficar



perguntando quantos processos você olhou lá, quanto não sei o que, enfim. Então, eu acho que essa dúvida não deve pairar no CADES, porque senão nós não reconhecemos a nossa autoridade em delegar o voto para um representante em um Conselho. Não adianta ficar duvidando, senão a ficaremos em um posicionamento pessoal e isso não agrega. Agora eu estou falando como Presidente no momento aqui. Nós precisamos agregar ao CADES, respeitamos a opinião de cada um, e cada um tem a sua opinião, entretanto, precisamos respeitar o Conselho.

Cons. Thobias Furtado - A minha pergunta é para a Presidência: hoje está sendo colocada em votação duas cadeiras de suplentes, certo? Por que que não estão sendo colocadas todas as cadeiras? O CADES atual não é o CADES que elegeu essa comissão lá atrás.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Porque existe a vacância dessas duas cadeiras. É isso.

Cons. Thobias Furtado - E enquanto não existir a vacância, o CADES não se manifesta?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Não, pois trata-se de um mandato.

Cons. Thobias Furtado - Então, o mandato não tem data para terminar.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Não, tem um mandato lá no Conselho.

Cons. Thobias Furtado - E aí, ele volta para cá e é eleito novamente?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Sim.

Cons. Thobias Furtado - Então eu peço desculpas por estar falando bobagem, aparentemente. A cada dois anos, todas as cadeiras voltam para cá?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – É isso. Ok?

Cons. Thobias Furtado – Estava falando bobagem.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Não, e é exatamente assim que funciona.

Cons. Ivo – Ivo, peço a palavra, e vou falar uma angústia que eu tenho tido; que nós criamos um grupo aqui no CADES, para conversar assunto de CADES, não para criar conflito aqui. O que me veio aqui é que existe uma falta de governança atual e é uma desgraça para esse Conselho. Isso não é fala de quem tem coerência, porque aqui nós temos de ser parceiros na discussão, não separar um do outro e fazer julgamentos. Os quatro anos que eu passei anteriormente acabamos pegando gestão que não tinha noção do que era o Verde e Meio Ambiente, sofremos muito, passamos por muita dificuldade aqui. Para quem está iniciando um caminho no CADES, não sabe



metade da Missa. Essa coisa de fazer propostas, essa coisa de querer se colocar à frente não é legal. Isso aqui é desagregar, enquanto que nós temos de agregar, temos que unir forças. Temos direitos, mas temos deveres e os deveres pesam mais do que os direitos. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Questão de ordem. Vamos por em votação: os interessados, suplência do FMSAI, por gentileza, levante a mão. Sônia, mais alguém? Então a Sônia foi eleita por unanimidade. FUNDURB? Alguém interessado para o FUNDURB?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Por favor, eu estou vendo que há uma desuniformização até de experiência de funcionamento. Você me parece que é a primeira vez que participa do CADES e eu estou vendo pessoas que já tiveram experiência, aliás o relato dele dizendo que teve Secretaria que na época não sabia nem o que era, então, imagino a dificuldade. Mas, primeiro, da importância da participação do Conselho nesses Fundos, no FMSAI, no FUNDURB, nos Conselhos. É importante que nós tenhamos assento nisso. Parece que é só ela que se candidatou, então, você foi eleita por unanimidade a representante do CADES no FMSAI. No FMSAI é fundamental que tenhamos cadeira lá. A Rosélia sabe do que eu estou falando. Quantas vezes temos de fazer lobby lá dentro do FMSAI para buscar recursos de saneamento para os nossos parques. Então, mais um assento nosso, mais uma voz lá, para nos ajuda. E da mesma forma o FUNDURB. O FUNDURB tem uma importância estratégica para nós, não por conta da própria Secretaria, não é isso. Pelas dificuldades financeiras do Município o FUNDURB hoje tem uma briga com relação à carência de recursos. E termos participação também, isso é importante. Então, alguém do CADES, independente de ser da Prefeitura, é necessário; a inclusive a sociedade civil. Eu queria destacar a importância de termos um representante do CADES no FUNDURB.

Cons. Sônia Hamburger - Eu me candidato também ao FUNDURB, se isso não causar nenhum mal-estar. Agora, eu gostaria de perguntar, porque eu estive no FUNDURB, como eu falei para vocês, e no FUNDURB não tem nenhum projeto de SVMA atualmente; então, isso me causou muita estranheza. Foi por esse motivo que eu inclusive preferi o FMSAI ao FUNDURB, mas eu posso fazer a suplência nos dois. Agora, qual o motivo de não ter recursos do FUNDURB para projetos de SVMA? Se até de Cultura existe recursos.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu já fiz essa pergunta também aqui para a Rosélia, devido ela ser um pouco mais antiga e que tem conhecimento, já teve um momento do FUNDURB que tinha muito dinheiro, e aliás, foi através do FUNDURB que tivemos um investimento forte nos parques lineares. Então, ele é estratégico; vou passar a palavra a Rosélia.



Cons. Rosélia – Na verdade, o FUNDURB é para projetos de infraestrutura urbana. E, como o Plano Diretor trouxe o parque linear como pertencente à infraestrutura - sistemas de drenagem da cidade - ele pode recorrer ao Fundo, ao FUNDURB pela primeira vez, porque os parques urbanos eles não podem, só o parque linear. Bom, parques lineares nos últimos anos, não se implantou nenhum; então, talvez seja isso, não sei. Também tem que ter uma força política lá dentro, tem uma coisa do governo, que eu acho que na gestão Serra-Kassab nós tínhamos um Secretário com muita força política. Por isso, conseguimos muito dinheiro do FUNDURB, tanto para compra de área, como para obra.

Cons. Andréa Franklin - Andréa, SIURB. É nessa hora que eu acho que essa articulação de Prefeitura tem que estar alinhada porque, penso eu, vou aqui arriscar um dos motivos que pode não ter levado é justamente a dificuldade de quando o recurso é disponibilizado você já ter as outras frentes resolvidas, como a questão da habitação, porque muitas vezes você vai fazer parque linear e a área está ocupada; então, ou você precisa retirar essas famílias e ter para onde levar ou, muitas vezes, você precisa desapropriar uma área e aí você tem de pagar o dono do terreno e ainda levar as famílias. Então, como que você articula tudo isso se no momento que o dinheiro vem você não tem um projeto já executivo, uma contratação para fazer aquela obra, a questão da habitação resolvida e ainda articulado muitas vezes com outros empreendimentos de mobilidade? Aí ou você abre mão do recurso e acaba passando ou dificilmente você vai conseguir executar. E se vem para a Mobilidade, a gente ouve do outro lado: “mas isso aí é competência do Verde. O Verde é que está fazendo esse parque”. E a gente fica aqui do lado da Infraestrutura meio que sem saber como agir e da forma como que a gente acha que poderia potencializar esse benefício para a cidade. O desafio é grande. Eu penso que se a gente consegue cravar alguns projetos na cidade que enxerguem essas três demandas e estejam alinhados – e para isso tem que ter uma vontade política – não adianta. A gente pode estar fazendo projetos maravilhosos e gastando com o projeto, porque na hora de implantar numa área ele vai impactar a população, que tenha os políticos daquela região que vão estar alinhados ou não com aquele projeto, que vão estar votando isso na Câmara. Então, é uma força se tiver alinhado no mesmo discurso, acho que é um ganho para a cidade.

Cons. Ivo - Ivo, Parque Savoy. Essa fala me recorda Eduardo Jorge, me recorda Parque Linear Rio Verde, que está parado já há alguns anos exatamente por questão de ocupação, que nós conseguimos retirar na época uma parte porque tinha financeiro. Eu só não me proponho me colocar à disposição para o FUNDURB, pois eu faria uma boa briga lá; porque durante o período eu estou afastado de atividades, mas se quiserem colocar o meu nome eu vou fazer que nem eu estou aqui - todo enfaixado, mas irei participar, discutir, tentar trazer financeiro para ações da cidade, porque se tem, temos que brigar por ele. Estamos vendo que no Parque Linear o que



houve? Tinha trezentas famílias. Na execução, como chegou também o Itaquerão (Arena Corinthians) lá, tinham três mil famílias e todos foram contemplados de alguma maneira. Retiraram uma parte, colocaram em cima no José Bonifácio, fizeram um prédio onde tinha uma nascente, que está gerando problema imenso até para a GCM local, que está vendo infiltração e o prédio sugere cair. São coisas que estamos trabalhando pela Vigilância de Saúde, tentando buscar caminhos, mas eu vejo que tem muita coisa a ser feita. Quando eu digo a gente, hoje a gente fala Córrego Limpo. Por que para o Córrego Limpo? Por causa da favela, pois elas entram onde não deve, o Poder Público não olha antes para manter aquele local para ações do futuro. Nossa cidade, que é imensa, merecia melhora, mas o Poder Público também tem que olhar mais acurado. Espero que nas próximas gestões que venhamos a construir, consigamos isso. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Temos dois candidatos: o Ivo e a Sônia, então vamos aos votos. Para confirmar: FMSAI - titular Marcos Moliterno e a suplente Sônia Hamburger. Em FUNDURB, titular Alessandro Azzoni e o nosso suplente, o Ivo. Então, vamos para o terceiro ponto da Ordem do dia: sugestões para a pauta da próxima reunião. Dando encaminhamento para o término da reunião, passo a palavra ao Presidente da mesa, Senhor Ricardo Viegas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Alguém gostaria de fazer alguma proposta de pauta?

Cons. Rosélia - É uma proposta de pauta sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, que ela está em uma fase de revisão, ela já passou o prazo, na verdade, tem uma corrida aí para fazer uma revisão e então é isso que precisaríamos falar com o pessoal do Saneamento. Quem está encabeçando isso é SMUL, então seria o Comitê Gestor, mas o membro que coordena o plano é da SP Urbanismo, o Marco Palermo. Gostaríamos de trazê-lo aqui, para que ele possa colocar a situação atual referente ao Plano Municipal de Saneamento, se o plano utiliza o dinheiro do FMSAI. Mas acredito que não, pois o FMSAI é um fundo criado no contrato da SABESP, então todo recurso, a maior parte que vem no FMSAI é do contrato que a Prefeitura tem com a SABESP.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Acho que é fundamental, aliás há uma demanda do próprio Município e o Plano Municipal de Saneamento acho que é importantíssimo ser apresentado aqui para o CADES, porque envolve todas as Secretarias - SIURB, Secretaria do Verde, Prefeituras Regionais, Saúde, entre outras. O Plano está muito bem construído e a ideia é que haja uma apresentação por parte da Secretaria Executiva do Comitê Gestor deste contrato para o CADES.



Cons. Mônica Osaka - Mônica, Secretaria Municipal de Saúde. É só para comentar o Plano Municipal de Saúde. Eu tive a oportunidade de ler rapidamente uns dois anos atrás. Engraçado, porque lá consta vários tópicos a Vigilância em Saúde Ambiental, no entanto na Comissão a Saúde não tem cadeira. Eu acho bem importante retomar, a Saúde não tem cadeira. Só um comentário.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A Secretaria faz parte desse Comitê com outras Secretarias. Eu não sei exatamente se a Saúde está, mas de qualquer forma acho que aí fica uma demanda para vocês da Secretaria, consulta o Edson Aparecido e explica a situação.

Cons. Ivo - Ivo, Savoy City. Eu faço parte da UBS que é Vigilância de Saúde e o próprio Prefeito teve uma ação aqui no Rio Pinheiros, pois a Vigilância de Saúde tem um trabalho tão interessante na cidade, que eu até propus que eles viessem expor. Tivemos o ano passado a primeira conferência da Vigilância de Saúde da cidade de São Paulo. É o desconhecido que faz muito na questão ambiental, só que ninguém olha o trabalho dele. Ele é como uma formiguinha. Aparece e vai de porta em porta. Ele vai no córrego colocar remédio para que não prolifere em decorrência do esgoto e a falta de chuva. Os pernilongos proliferam ali porque é na água que eles colocam seus ovos, é por isso que existe muitos pernilongos na cidade fora de época, por exemplo no inverno. É um trabalho que ninguém percebe a grandeza dele. Ainda reitero: que venha alguém da Vigilância falar das ações deles na cidade de São Paulo. O próprio Prefeito foi com um grupo desse no Rio Pinheiros. Por quê? Reclamação de que estava tendo pernilongo nos prédios e é interessante isso. Hoje os Prefeitos regionais estão conscientes, nós temos o Comitê de Vigilância em Itaquera, inclusive sou um dos membros. É importante destacar dentro da sugestão dela um convite para que venha alguém aqui também ter uma fala. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Dando encaminhamento para o término da reunião, passo a palavra ao Presidente da mesa, Ricardo Viegas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - A Câmara Técnica de Pauta não tem nenhuma sugestão? Eu estou fazendo uma pergunta para quem é membro dessa Câmara Técnica.

Cons. Thobias Furtado - A Câmara Técnica de Comitê de Pauta, então eu vou até verbalizar, já que você abriu de novo...”Ô Thobias..Ela fez uma proposta de pauta para essa reunião que não foi cumprida na íntegra”.. O Comitê de Pauta ele tentou já, ele tentava nessa reunião não só trazer as duas apresentações com esforço da Rute, mas começar a esboçar esse trabalho - não conflituoso, como acabou aparentando aqui, eu levantando a bola das participações nos outros Conselhos e Fundos, mas tentar de alguma forma passar a palavra. A gente pensou toda uma dinâmica, discutimos como é que a gente poderia tirar a pauta das pessoas, dos Conselheiros,



porque nos entristece muito não receber nenhuma sugestão de pauta formal no formato definido, que possibilite uma discussão com princípio, meio e fim.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Foi a minha provocação.

Cons. Thobias Furtado - Eu só estou rebatendo a provocação, porque é outra coisa que a gente acha muito importante no Comitê de Pauta, igual a gente provocou os Conselheiros, igual a gente provocou as Secretarias municipais, igual a gente vem provocando, a gente queria trazer um pouco mais os Cadinhos. Eu acho que os Cadinhos eles estão esquecidos; então, se a gente pudesse - a gente já falou isso no Comitê de Pauta - e com Ok do Plenário, poder dar meio essa cutucada nos Cadinhos para ver. Quem sabe eles não têm pauta para a gente que pudesse também de alguma maneira colaborar numa construção de pauta de longo prazo, que esse é o intuito maior da Câmara Técnica de Pauta.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Hoje teve uma manifestação de um CADES Regional como informe e eu acho que pode tentar criar uma dinâmica de sugerir ou forçar os CADES Regionais a abrir um espaço, um tempo, para que eles façam uma apresentação do trabalho que eles estão fazendo. Acredito que possa ser um item a incluir na pauta, como a questão do Saneamento, enfim, acho que não temos mais nada para a pautar.

Cons. Thobias Furtado - Um dos nossos pontos de pauta de hoje era a gente exatamente explicar essa proposta de relatório, que não é um relatório oficial, mas que é a parte de informes da reunião, se tivesse uma dinâmica pré-estabelecida de informes fixos, então informe das Câmaras Técnicas, informe das participações em outros Conselhos, das participações em Fundos, então a gente pode de repente fazer uma exposição sobre essa proposta já que causou tanto mal estar trazemos essa proposta para cá, que parece que é uma cobrança. Não é uma cobrança, é uma proposta de estabelecer um fluxo de informação mesmo, algo tão importante.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Então, fica aqui uma proposta de vocês. Acho que serve para o Conselho para que nós internamente achemos uma forma de informar mais. Independente da Ata, ter mais informes referente ao que está acontecendo com o CADES. Assim cumprimos a nossa tarefa. Agradeço mais uma vez a participação dos Senhores e a próxima reunião será dia 21 de novembro. Com certeza nós teremos uma excelente reunião. Essa pauta sobre Saneamento consumirá bastante. Existe uma dinâmica e várias coisas acontecendo referente ao tema, por isso é extremamente pertinente a apresentação do Plano Municipal de Saneamento. Obrigado.

LUIZ RICARDO VIEGAS

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e



Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- CADES

Conselheiros(as) presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI	JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS
ANDRÉA FRANKLIN SILVA VIEIRA	JOSÉ ROBERTO HASELMANN PAULO
CLODOALDO GOMES DE ALENCAR JUNIOR	MARCOS MOLITERNO
CHARLOTTE TROESTSCHEL	MEIRE FONSECA DE ABREU
DELSON SILVA LAPA	MÔNICA MASUMI HOSAKA
DÍLSON FERREIRA	RAUL ALEIXO FERNANDES
EDUARDO STOROPOLI	RICARDO DA SILVA BERNABE
FÁBIO DE ALENCAR IÓRIO	ROSA RAMOS
FRANCISCO GALLEGU PEREIRA	ROSÉLIA MIKIE IKEDA
HELOISA SOLER OLIVARES	SÔNIA HAMBURGER
IVO CARLOS VALÊNCIO	THOBIAS CORTEZ FURTADO

Conselheiros com justificativa de ausência:

BRUNA CADELHA SUYAMA/ LILIANE GLAESSEL RAMALHO / VIVIAN MARRANI DE AZEVEDO MARQUES / MARINEIDE SANTOS SILVA/ RENATE SCHIMITT NOGUEIRA

Secretária Executiva: Rute Cremonini de Melo

Coordenador Geral: Devair Paulo de Andrade